



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Clínica

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

**“O EXÉRCITO NÃO FOI FEITO PARA MULHERES”:
PSICODINÂMICA DO TRABALHO FEMININO NO EXÉRCITO BRASILEIRO**

Valdir Júnior dos Santos

Orientadora: Prof^a Dr^a Carla Sabrina Xavier Antloga

Brasília - DF
2022



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Clínica

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

**“O EXÉRCITO NÃO FOI FEITO PARA MULHERES”:
PSICODINÂMICA DO TRABALHO FEMININO NO EXÉRCITO BRASILEIRO**

Valdir Júnior dos Santos

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Carla Sabrina Xavier Antloga

Brasília - DF
2022



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Clínica

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

**“O EXÉRCITO NÃO FOI FEITO PARA MULHERES”:
PSICODINÂMICA DO TRABALHO FEMININO NO EXÉRCITO BRASILEIRO**

Valdir Júnior dos Santos

Banca Examinadora

Brasília, de dezembro de 2022.

Prof^ª. Dr^ª. Carla Sabrina Xavier Antloga
Universidade de Brasília – PsiCC/PCL/IP/UnB
Presidente da Banca

Prof. Dr. Pedro Henrique Antunes da Costa
Universidade de Brasília – PsiCC/PCL/IP/UnB
Membro Titular

Prof. Dr. Guilherme Freitas Henderson
CEUB - Centro de Ensino Unificado de Brasília
Membro Titular

Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Paulini
Universidade de Brasília – IB/UnB
Membro Suplente

O caráter feminino e o ideal de feminilidade segundo o qual é modelado são produtos da sociedade masculina. A imagem da natureza não deformada emerge apenas com a deformação como o seu contrário. Quando pretende ser humana, a sociedade masculina cultiva de maneira soberana nas mulheres seu próprio corretivo, mostrando-se na ação de limitar como um senhor implacável.

O caráter feminino é como uma cópia calcada no positivo da dominação, e é por isso tão mau quanto esta última. Aliás, tudo o que a palavra natureza designa no contexto da cegueira burguesa não passa de uma chaga da mutilação social.

Se é correto o teorema psicanalítico de que as mulheres experimentam sua constituição física como a consequência de uma castração, então em sua neurose elas pressentem a verdade.

[...] A mentira não consiste somente no fato de que a natureza seja afirmada onde ela é tolerada e implantada, mas o que na civilização passa por natureza e é por sua própria substância o mais afastado de toda natureza, a transformação pura e simples de si mesmo em objeto.

Sua pureza intacta é justamente uma obra do Eu, da censura, do intelecto, e é por isso que ela se encaixa de maneira tão pouco conflituosa no princípio da realidade da ordem racional.

Sem exceção, as naturezas femininas se conformam. [...]

A glorificação do caráter feminino implica a humilhação de todas aquelas que o possuem.

Theodor Adorno

Ao meu pai, Antônio Valdir,
por tudo que me ensina e por quem transbordo amor.

AGRADECIMENTOS

Antes de qualquer outro agradecimento, meu muito obrigado especial é necessariamente para a pessoa sem a qual essa pesquisa seria somente um projeto na gaveta, sem possibilidade de ser colocado em prática, minha querida orientadora e agora amiga, professora Carla Antloga. A forma simples como se deu nosso encontro e as consequências de sua presença em minha vida serão sempre motivo de gratidão ao universo por me propiciar tamanho presente.

Além do imenso conhecimento teórico e curricular associado quando nos deparamos com o título de “Prof^a. Dr^a. Carla Sabrina Xavier Antloga”, há algo ainda mais grandioso que todas as pessoas que a encontram pelo caminho enxergam de imediato: sua generosidade. Por ser essa mulher inspiradora, que consegue mobilizar nas pessoas uma vontade genuína de contribuir de alguma forma para que o mundo seja um pouquinho mais justo, por me abraçar algumas vezes quando notava a ansiedade estampada no meu rosto (risos) e por ter me ligado durante sua folga à beira da piscina para dizer que queria me ajudar a realizar esse sonho, dando início a tudo isso, eu te digo o meu mais especial, sincero e amoroso **MUITO OBRIGADO!**

Agradeço e dedico a conclusão de mais uma etapa da minha formação ao meu pai, Antônio Valdir, que sempre será a maior fonte de inspiração em tudo que realizo em minha vida, por me transmitir coragem e sabedoria para enfrentar obstáculos e me amar incondicionalmente. Não há palavras para expressar o quanto te admiro e te amo, pai.

À minha mãe, Maria Antônia, minhas irmãs, Rosângela e Roseli, minha sobrinha Sabrina, por cada uma a seu modo, me fazerem querer realizar sonhos.

Ao Hugo Pullen, por ter estado comigo durante boa parte dessa estrada, contribuindo e me encorajando em momentos de cansaço e desânimo, fazendo com que a caminhada fosse

mais leve. Sou muito grato pela companhia em momentos importantes deste percurso e da vida. Obrigado!

Ao Bigarelli, meu irmão de alma, que antes mesmo de iniciar esse trajeto, em vários momentos disse que eu era capaz, que sempre me apoia em tudo que me proponho a fazer. Sua amizade me sustenta quando preciso e faz minha vida ser mais bonita.

A todos os professores com os quais tive o prazer de aprender e que contribuíram consistentemente na construção desse trabalho. Em especial, agradeço ao professor Pedro Costa e Guilherme Henderson por fazerem parte da banca.

À Júlia Schirmer, pela imensa contribuição no primeiro artigo que compõe a pesquisa.

À Marina Maia e Liliane Gomes, pela gentileza de apoiar no processo de análise dos dados, trazendo para o trabalho o olhar feminino necessário.

À Beatriz Zanetti, pela ajuda oferecida no levantamento de dados junto ao EB.

À Lorena Antunes, querida amiga que conheci na UnB e que muito me apoiou durante a disciplina de prática docente, me olhando com sorrisos e dizendo “foi ótimo” (risos). Obrigado, Lore!

Ao Júlio Rodrigues e Mariana Caldeira, colegas de carreira na ANM, que indiretamente contribuíram possibilitando que eu me ausentasse em alguns momentos do trabalho.

A todas as mulheres militares que entrevistei, pela disponibilidade em fazer parte da amostra deste estudo e pela coragem de enfrentar todos os dias os desafios do trabalho militar.

A Deus, por tantas surpresas, desafios, beleza e sabedoria posta nos detalhes que encontro nessa curta e exuberante caminhada que é viver.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

- Figura 1:** Participação militar feminina em países membros da OTAN/NATO em 2019.....22
- Figura 2:** Quantidade de artigos publicados anualmente durante os anos de 2002 a 2012.....27
- Tabela 1:** Distribuição de temas nos estudos da amostra da revisão bibliométrica.29
- Tabela 2:** Relevância científica dos periódicos da amostra - H-Index.....29
- Tabela 3:** Número de mulheres por patente no Exército Brasileiro.....77

SIGLAS

EB – Exército Brasileiro

FA – Forças Armadas

QGEX – Quartel General do Exército

MD – Ministério da Defesa

DPHCEX – Departamento do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército

MST - Military Sexual Trauma

TSM – Trauma Sexual Militar

VA - U.S. Department of Veterans Affairs

SUMÁRIO

Apresentação	11
Referências.....	16
ESTUDO 1	18
Resumo	19
Abstract.....	20
Introdução	21
Método	25
Resultados	27
Discussão	30
Considerações Finais	36
Referências.....	38
ESTUDO 2	41
Resumo	42
Abstract.....	43
Introdução	44
Mulheres e Organizações Militares.....	46
Gênero e Dispositivos	50
Dispositivo Materno.....	53
Dispositivo Materno em Intersecção Com as Funções Desempenhadas por Mulheres nas Carreiras Militares	56
Considerações Finais	60
Referências.....	63
ESTUDO 3	68
Resumo	69
Abstract.....	70
Introdução	71
Mulheres no Exército Brasileiro	73
Prazer e Sofrimento no Trabalho	77
Objetivo Geral.....	82
Objetivos Específicos.....	83
Método	83
Participantes.....	84
Instrumento de coleta de dados.....	85

Procedimento de coleta de dados:.....	86
Resultados.....	86
Discussão dos Resultados.....	97
Considerações Finais.....	107
Referências.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO.....	116

Apresentação

Ser mulher e trabalhadora inserida em um sistema produtivo é uma transgressão. Às mulheres, estão destinadas as tarefas que mantêm o sistema, mas que aparecem como naturais para o gênero feminino, de tal maneira que é como se, ao se nascer mulher, a pessoa se tornasse automaticamente responsável por essa parte do real que é o cuidar e o manter. Ao se lançar no mundo produtivo, as mulheres burlam um lugar que foi desenhado por e para homens, mesmo quando as profissões são “femininas”. Como seria, então, lançar-se como trabalhadora num lugar demarcado e explicitamente construído para a atuação masculina?

Esta é a reflexão e a pergunta que dão início a esta pesquisa, e que vem acompanhada de outra questão mais específica: como são as vivências de trabalhadoras no Exército Brasileiro, haja vista ser uma instituição em que impera a virilidade como pano de fundo do trabalho? Na busca por responder tais perguntas, este trabalho ancora-se na abordagem da Psicodinâmica do Trabalho (Dejours 1980, 1987, 1994, 1999a, 1999b, 2001a, 2001b, 2004, 2012a, 2012b) e Psicodinâmica do Trabalho Feminino proposta por Antloga et al (2020), que preconiza o gênero como fator crucial na análise do trabalho, das vivências das trabalhadoras e dos antecedentes do trabalho.

A despeito de avanços sociais importantes nos últimos anos, ainda vivemos em um sistema patriarcal baseado na subjugação da mulher e na manutenção de uma ótica machista, misógina, promotora de desigualdades de gênero e que perpetua violências simbólicas contra as mulheres (Bourdieu, 2011).

Nesse sentido, diversas pesquisas mundo afora demonstram que o campo de trabalho militar aparece como um dos ambientes laborativos em que o fator gênero está relevantemente atrelado ao fazer do trabalhador, moldando suas experiências, principalmente quando a força de trabalho posta em jogo é a mão de obra de mulheres e sujeitos que fogem

do espectro de performance viril desejado nestas organizações (Kerrigan, 2012; Lehavot & Simpson, 2014; McGraw, 2016).

Objetivando a criação de um panorama descritivo-analítico sobre o tema que essa dissertação se propõe a abordar, este trabalho foi dividido em 3 (três) artigos que narram desde o atual cenário em termos de estudos científicos que tocam nas questões relacionadas a Gênero, Mulher e Militarismo no mundo, afinando o olhar para a participação das mulheres nas Forças Armadas Brasileiras e, por fim, desembocando mais especificamente em um estudo sobre a psicodinâmica do trabalho das mulheres militares que atuam exclusivamente no Exército Brasileiro. O rodeio discursivo para se chegar ao terceiro e talvez mais importante artigo delinea a abrangência e complexidade do tema relacionado a equidade de gênero nas organizações militares e as injustiças impostas às mulheres em uma sociedade patriarcal ancorada no capitalismo.

O primeiro artigo, denominado “**Estudos de Gênero no Contexto do Trabalho Militar: uma revisão bibliométrica e crítica da literatura indexada da última década**”, objetivou fazer um mapeamento e análise crítica da literatura indexada sobre gênero no contexto militar, identificando características, tendências e lacunas da produção científica sobre o tema nos últimos 10 anos na psicologia. A fim de coletar uma amostra representativa da literatura científica, a busca foi realizada em quatro das principais bases de dados de maior relevância no campo da psicologia: Lilacs, Web of Science, PubMed e Scopus. Além da ausência de estudos brasileiros ou em língua portuguesa, identificou-se predominância de métodos quantitativos e de participantes homens nas pesquisas.

O segundo artigo, chamado “**Mulheres Militares: a intersecção do dispositivo materno de gênero com o trabalho militar feminino**”, ao tomar por base estudos relacionados ao ingresso de mulheres nas forças armadas brasileiras e questões de gênero que

permeiam estas instituições, tratou de fazer uma reflexão sobre como as organizações militares lidam com a presença feminina na caserna e a intersecção do dispositivo materno de gênero com as funções designadas para mulheres neste campo de trabalho. Verificou-se neste artigo que, apesar de abrirem suas carreiras para as mulheres, as forças armadas brasileiras ainda se baseiam em estereótipos sexistas na composição de seus quadros, delimitando a presença de mulheres às funções que culturalmente estão emparelhadas ao gênero feminino.

Finalmente, o terceiro e último artigo, amparado em metodologia qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas, ouviu mulheres militares em atuação no Exército Brasileiro e, por meio de análise de conteúdo conforme proposta por Bardin (1977) buscou lançar luz sobre como a ocupação profissional na referida instituição afeta a subjetividade e a vida destas trabalhadoras. Neste artigo, intitulado **“O Exército Não Foi Feito Para Mulheres”:** **psicodinâmica do trabalho feminino no Exército Brasileiro**”, a teoria dejouriana é utilizada como arcabouço teórico costurando conceitos e entendimentos analíticos ao complexo corpo de elementos discursivos obtidos na pesquisa em questão. Objetivou-se verificar a psicodinâmica do trabalho da amostra, através da análise das vivências de prazer e de sofrimento, dadas as especificidades da organização militar como uma das expressões máximas de masculinidade, emaranhamento de questões de gênero e engessamento de tarefas. O resultado obtido demonstra que as trabalhadoras militares atuantes na organização fazem uso de estratégias de defesa para lidarem com o sofrimento advindo do trabalho.

De acordo com Dejours (2012), “trabalhar é preencher a lacuna existente entre o prescrito e o efetivo” (p. 38) e o mal-estar psíquico ocorre quando o sujeito se vê impossibilitado de enlaçar negociações e propiciar mudanças efetivas na organização do trabalho, assim como o desprovimento de reconhecimento do seu fazer laboral. Destarte, qual lacuna deve ser preenchida por mulheres que atuam em um real estritamente composto por e para homens? Independentemente de análises mais profundas e das respostas a serem

alcançadas, pode-se pressupor que a lacuna que as mulheres devem preencher é substantivamente maior que aquela a ser preenchida pelos trabalhadores homens, em função do próprio contexto de trabalho. A falta sempre se mostrará para aquele que vive e consequentemente trabalha. Porém, no caso das mulheres, essa falta e lacuna a ser tamponada na busca de qualquer tipo de reconhecimento parece se apresentar de forma mais expressiva.

Molinier (2004) afirma que uma organização que ergue muros impeditivos da elaboração do sofrimento dos sujeitos no encontro com o real do trabalho é potencialmente perigosa para a saúde mental dos trabalhadores. Considerando que um dos principais traços da virilidade (característica bastante demandada no militarismo) é a negação do sofrimento, percebe-se um adicional de dificuldade: não é possível elaborar um sofrimento não nomeado. Ser mulher, socializada para o cuidado, o afeto e o sentir, e trabalhar em contextos em que isso escapa quase que completamente do prescrito, pode ser um fator de risco para a saúde mental das trabalhadoras, no sentido de que precisam negar algo de si para se afirmarem e por vezes se emparelharem aos homens a fim de melhor se encaixarem no ambiente organizacional. Sendo o trabalho importante componente de construção e manutenção identitária, somado ao fato de que esse lugar de cuidado é em nossa cultura um dispositivo de subjetivação para as mulheres desde tenra idade (Zanello, 2018), ter de ocultar esse repertório é basicamente forcluir o feminino de determinados campos laborativos (Grenier-Pezé, 2004).

Esse possível tipo de violência simbólica é somente mais uma dentre tantas violências normalizadas e invisíveis sofridas pelas mulheres (Antloga et. al, 2021) que a psicodinâmica do trabalho feminino deve lançar o seu olhar, a fim de romper com a política de silenciamento do mal-estar enfrentado por mulheres nas mais diversas organizações.

Apresentada a síntese acima, a presente dissertação se propôs a alcançar os seguintes objetivos:

1. Verificar, por meio de revisão bibliométrica, as principais características dos trabalhos que se propuseram a estudar gênero no contexto militar e, ainda, discorrer criticamente sobre a produção científica produzida na última década sobre o tema, verificando-se quais aspectos deste campo de pesquisa tem se destacado na literatura científica dos últimos 10 anos;
2. Descrever sobre a atuação feminina nas Forças Armadas Brasileiras elencando com questões relacionadas à gênero;
3. Analisar o contexto de trabalho das mulheres militares do EB nas dimensões organização do trabalho, condições de trabalho e relações socioprofissionais;
4. Identificar se existem e quais são as estratégias de mediação individuais e/ou coletivas utilizadas pela amostra de mulheres militares do EB;
5. Investigar quais são as vivências de prazer-sofrimento relacionadas ao contexto do trabalho no EB;

Referências

- Antloga, C. S., Monteiro, R., Maia, M., Porto, M., & Maciel, M. (2020). Trabalho Feminino: Uma Revisão Sistemática da Literatura em Psicodinâmica do Trabalho. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, v. 36 (Especial).
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P. (2011). *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil.
- Dejours, C. (1980). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 6ª Edição. São Paulo, Cortez – Oboré.
- Dejours, C. (1987). *Plaisir et souffrance dans lês travail*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique.
- Dejours, C. (1993a). *Travail: Usure mental*, Vol. 1. Paris: Bayard.
- Dejours, C.; Abdouchelli, E. & Jayet, C. (1994). *Psicodinâmica do Trabalho – contribuições da escola Dejouriana à análise de prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas.
- Dejours, C. (1999a). *Conferências brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho* (A. C. F. Reis, Trad.). São Paulo: Fundap, EAES/ FGV (Trabalho original publicado em 1999).
- Dejours, C. (1999b). *A banalização da injustiça social* (L. A Monjardim, Trad.). Rio de Janeiro: Editora FGV (Trabalho original publicado em 1998).
- Dejours, C. (2001a). *Violence et travail*. *Le Corrier*, 1, 2-16. <http://www.paris-nord-sftg.com/cr.violence.travail.0104.htm>.

- Dejours, C. (2001b). *La guerre économique n'aura pas lieu. Sciences économiques et sociales en Île-de-France à Versailles*, 5, 7-13. <http://www.ac-versailles.fr/pedagogi/ses/vie-ses/hodebas/dejours16-05-00.htm>.
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, Trabalho e Ação. *Revista Produção*, v, 14, n. 3, p. 27-34.
- Dejours, C. (2012a). *Trabalho vivo (tomo I): sexualidade e trabalho*. Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2012b). *Trabalho vivo (tomo II): Trabalho e emancipação*. Brasília: Paralelo 15.
- Grenier-Pezé, M. (2004). Forclusão do feminino na organização do trabalho: um assédio de gênero. *Revista Produção*, v. 14 (3), 6-13.
<https://www.scielo.br/j/prod/a/HgMncj9xzkDbmQcWtCxvDGR/abstract/?lang=pt>
- Kerrigan, M. F. (2012). Transgender discrimination in the military: The new don't ask, don't tell. *Psychology, Public Policy, and Law*, v. 18(3), 500–518.
<https://doi.org/10.1037/a0025771>
- McGraw K. (2016). Gender Differences Among Military Combatants: Does Social Support, Ostracism, and Pain Perception Influence Psychological Health?. *Military medicine*, v. 181(1), 80–85. <https://doi.org/10.7205/MILMED-D-15-00254>
- Molinier, P. (2004). Psicodinâmica do trabalho e relações sociais de sexo. Um itinerário interdisciplinar. 1988-2002. *Produção*, 14 (3), 14-26. doi: 10.1590/S0103.65132004000300003.
- Zanello, V. (2018) *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.

ESTUDO 1

Estudos de Gênero no Contexto do Trabalho Militar: uma revisão bibliométrica e crítica da literatura indexada da última década

Artigo submetido ao periódico “Revista Psicologia em Pesquisa”.

Resumo

O trabalho militar, historicamente, é uma profissão predominantemente masculina. A crescente inserção das mulheres nas instituições militares tem enfrentado entraves importantes. A presente revisão bibliométrica objetivou mapear e analisar criticamente a literatura indexada sobre gênero no contexto militar, pretendendo especificamente identificar características, tendências e lacunas da produção científica sobre o tema nos últimos 10 anos na psicologia. Além da ausência de estudos brasileiros ou em língua portuguesa, identificou-se predominância de métodos quantitativos e de participantes homens nas pesquisas. O tema mais abordado foi o trauma sexual militar. Aponta-se a necessidade de mais investigações com mulheres militares em contexto brasileiro.

Palavras - chave: Trabalho, Militar, Feminino, Mulher, Gênero

Abstract

Military work has historically been a predominantly male field. The increasing insertion of women in military institutions has faced important obstacles. This bibliometric review aimed to map and critically analyze the literature on gender in the military context, intending to identify characteristics, trends and gaps in scientific production on the subject in the last 10 years. In addition to the absence of Portuguese-language or Brazilian studies, a predominance of quantitative methods and male participants was identified. The most frequent topic of research was military sexual trauma. The need for more research with military women in the Brazilian context is addressed.

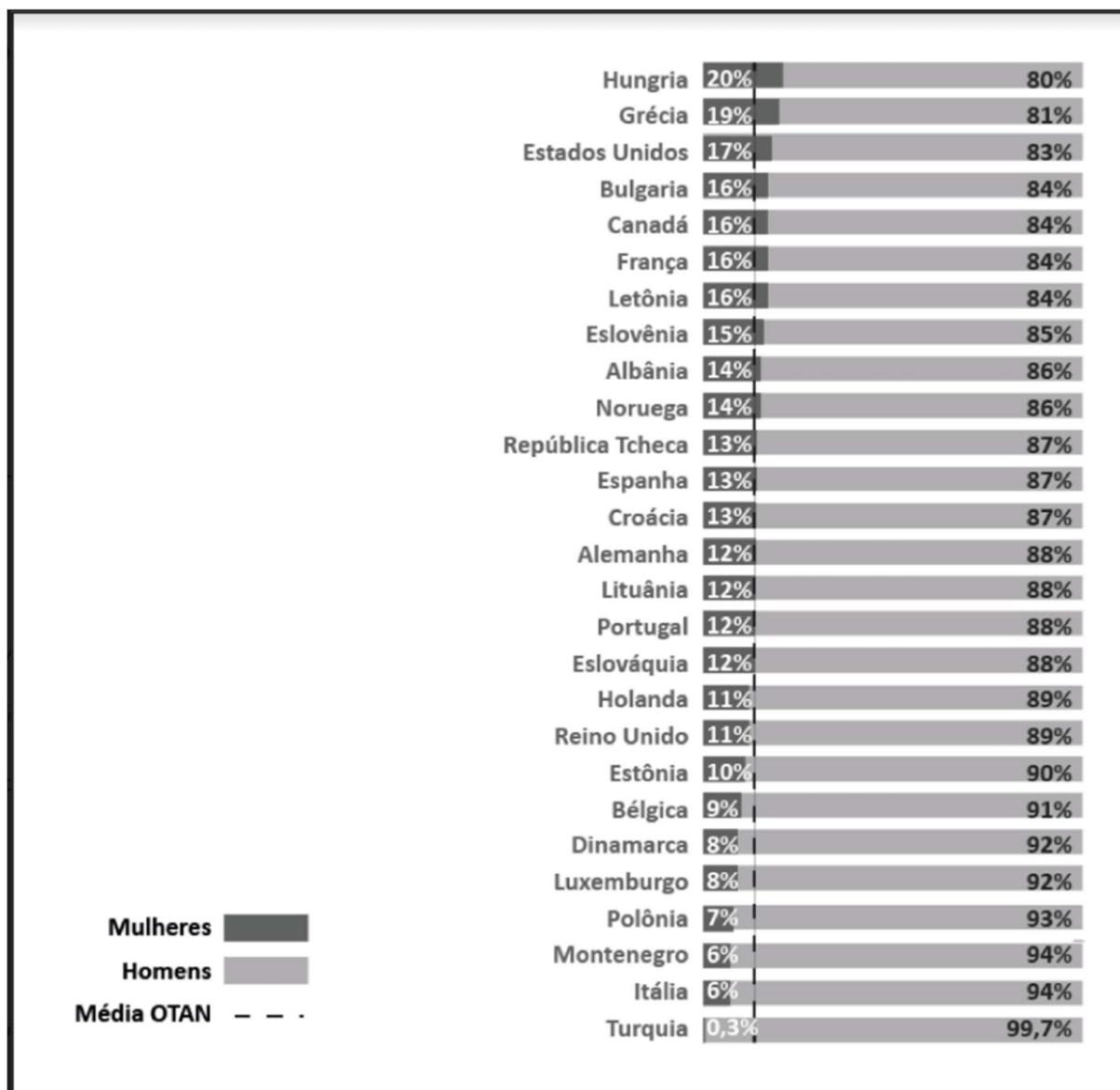
Keywords: Work, Military, Feminine, Woman, Gender.

Introdução

A inserção de mulheres em instituições militares, ocorrida de forma mais significativa nas sociedades ocidentais a partir de 1970, fruto de intensas lutas do movimento feminista por direitos políticos e sociais igualitários no século XX, derrubou mais uma das barreiras relacionadas ao avanço feminino em campos profissionais dominados por homens.

Segundo a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO, 2019), aliança político-militar criada em 1949 que reúne países ocidentais liderados pelos Estados Unidos, a média de mulheres nas carreiras militares dobrou nos últimos 20 anos nos países membros do bloco. Em 2019, 41% destes países tinham políticas de promoção específicas para o recrutamento feminino, sendo que 22% relataram possuir os mesmos requisitos de alistamento para ambos os sexos e 78% dos países informaram que há formas diferenciadas de alistamento para homens e mulheres (OTAN/NATO, 2019). O Resumo dos Relatórios Nacionais das Nações Membros e Parceiros da OTAN (2019) informa que a representação média de mulheres nas forças armadas das nações membros era de 12% entre ativos e 14% na reserva no ano de 2019. Comparado ao ano de 2018, o número de mulheres neste campo teve um aumento de 6% e o número de homens caiu 1%. Entretanto, de acordo com o relatório, os homens ainda representam 9 em cada 10 indivíduos pertencentes às forças armadas. A Figura 1, com dados extraídos do Resumo dos Relatórios Nacionais das Nações Membros, mostra a percentagem (%) de mulheres nas forças armadas em 27 dos 29 países representados pela OTAN/NATO no ano de 2019.

Figura 1: Representação da participação militar feminina em 27 dos 29 países membros da OTAN/NATO em 2019.



Especificamente no Brasil, as mulheres começaram a ocupar os quadros das forças armadas em 1980, com a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha e do Corpo Feminino da Reserva da Força Aérea Brasileira em 1982. Por último, no Exército Brasileiro, a primeira turma de formação envolvendo mulheres foi aberta na Escola de Administração do Exército (EsAEx) somente em 1992 (D'Araújo, 2004). Segundo o Ministério da Defesa, atualmente a Marinha conta com 8.413 mulheres em suas carreiras (13%), a Força Aérea com 12.538 (19,23%) e o Exército com 13.052 (10,2%) militares do sexo feminino (MD, 2021).

Não obstante, apesar da crescente inserção feminina no contexto militar global, este ainda é um tema delicado, sendo muitos os atravessamentos relacionados a questões de gênero que a presença das mulheres em ambientes militares tende a suscitar, devido ao fato de o militarismo estar amplamente associado ao gênero masculino e, também, posto como espaço substancial ao aparecimento de conteúdos atrelados ao machismo e sexismo no trabalho.

Braswell & Kushner (2012) relatam que o campo militar pressupõe altos níveis de coesão social e uma conseqüente unidade de seus integrantes, efetivada através de um certo culto à masculinidade, sendo esta transformada em uma espécie de capital social nas forças armadas. Destarte, estudos apontam que mesmo a mulher estando presente no universo militar, parece haver uma tentativa de supressão do modo de “ser feminino” nestas organizações, através de um constante rechaço a qualquer repertório comportamental aproximado a este gênero. Kerrigan (2012) denota a existência de uma ideologia do “masculinismo” nas forças armadas, usando de tal conceito para apontar que alguns grupos em específico (aqueles marcados com os traços do feminino) acabam por serem excluídos das narrativas organizacionais, a fim de promover a constância moral e a coesão das instituições militares:

Embora as mulheres não sejam mais categoricamente excluídas do serviço, os militares ainda valorizam as características masculinas tradicionais. Os militares tradicionalmente procuram “homens de verdade” para servir, o que apresenta desafios para mulheres, gays e qualquer pessoa que não esteja em conformidade com o gênero (p. 505, tradução livre).

Estudos de gênero e cultura são importantes para o entendimento das barreiras de assimilação das mulheres nas trincheiras do militarismo, ao promoverem discussões sobre as

construções identitárias dos sujeitos na sociedade e as implicações destes processos no trabalho militar (Demers, 2012). Entendida como uma densa teia simbólica onde estão emaranhados os costumes, princípios e valores de grupos sociais, a cultura constitui-se como parte importante da edificação do eu dos sujeitos inseridos em contextos determinados (Zanello, 2018). Percebe-se uma espécie de “pedagogia dos afetos” (Zanello, 2018, p. 32), ou colonização afetiva, já que determinados contextos culturais determinam também scripts de acordo com os quais as pessoas devem ser, sentir e expressar emoções.

Saindo de uma ótica macro, vislumbra-se também o funcionamento de processos culturais menores, como a cultura organizacional específica do ambiente militar, a qual tem se sustentado ao longo da história no ideal do guerreiro masculino, recompensando o autocontrole, a agressividade e a determinação, contrastando-se e negativando o feminino (Demers, 2012). Assim, revestida de viés político e instrumento de poder, "a cultura que une é também a cultura que separa e que legitima as distinções” (Bourdieu, 2001, p. 11), colocando os gêneros como opostos inigualáveis em âmbitos diversos nos espaços militares.

No que tange a estudos de gênero, importantes teóricos tem se debruçado sobre as questões envoltas no tornar-se mulher e tornar-se homem, a partir de constructos histórico-político-sociais e o impacto destes fatores em diferentes aspectos da vida, incluindo o trabalho. Scott (1995) descreve o conceito de gênero como um apoderamento social sobre um corpo sexuado e, por conseguinte, uma constituição sócio-histórica, em que os lugares determinados como sendo de homens e mulheres são representações de gênero, sendo tributadas aos indivíduos performances que terão consequências práticas também na vida profissional dos indivíduos, ao apontar quais os lugares adequados para cada gênero na sociedade e no trabalho. Kergoat (2010) lança luz sobre o problema da divisão sexual do trabalho, construída sobre os princípios de separação (entre o que é considerado trabalho de homem ou de mulher) e de hierarquização (atribuindo mais valor ao trabalho do homem),

denunciados pela “destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.)” (p.100).

Embora haja um crescente interesse sobre a intersecção entre questões de gênero e a progressiva presença das mulheres no militarismo, nesta pesquisa não foram identificados estudos que retratem e consolidem sob quais aspectos o tema tem sido explorado pela ciência nas temáticas pesquisadas, ou seja, qual olhar as mais recentes pesquisas tem lançado sobre os desafios da incorporação feminina ao campo militar e a cultura masculina dominante característica destes espaços.

Diante do exposto, o presente artigo, através de estudo bibliométrico, objetivou analisar as principais características dos trabalhos que se propuseram a estudar gênero no contexto militar e, ainda, discorrer criticamente sobre a produção científica produzida na última década sobre o tema, verificando-se quais aspectos deste campo de pesquisa tem se destacado na literatura científica dos últimos 10 anos. Desta forma, objetivou-se também a apresentação conjuntural sobre o estado da arte na psicologia, pretendendo consubstanciar importante contribuição de caráter social, ao possibilitar a percepção de lacunas para novos estudos a serem realizados sobre análises de gênero no militarismo e seus desdobramentos, assim como a construção de políticas públicas que abarquem questões tão complexas e delicadas.

Método

Trata-se este estudo de uma revisão bibliométrica da publicação científica dos últimos 10 anos sobre gênero em contexto de trabalho militar no campo da psicologia.

A fim de coletar uma amostra representativa da literatura científica, a busca foi realizada em quatro das principais bases de dados de maior relevância no campo da psicologia: Lilacs, Web of Science, PubMed e Scopus. Os mesmos descritores em língua inglesa foram utilizados nas quatro bases de dados: *(women OR gender) AND (military OR army) AND psychology*. Apenas na base Scopus, devido ao grande número de resultados obtidos na busca, utilizou-se adicionalmente o filtro da própria plataforma para publicações na área da psicologia. Com os procedimentos descritos até aqui, a busca retornou um total de 839 resultados (Lilacs: 23; Web of Science: 362; PubMed: 234; Scopus: 220).

Na primeira etapa de coleta, a partir da leitura dos títulos e dos resumos, foram considerados inicialmente os artigos científicos revisados por pares, em língua inglesa, espanhola ou portuguesa, publicados nos últimos 10 anos (2012-2022), realizados com público militar (ativo e/ou inativo) e que envolvessem análise de gênero. Optou-se por não considerar teses, dissertações, monografias ou outros tipos de publicação. Apesar do valor científico encontrado na literatura cinzenta, atualmente a publicação científica tem priorizado a citação de fontes indexadas, motivo pelo qual este recorte norteou a presente investigação. Essa busca inicial nas bases de dados foi realizada no período de 15/02/2022 a 04/03/2022.

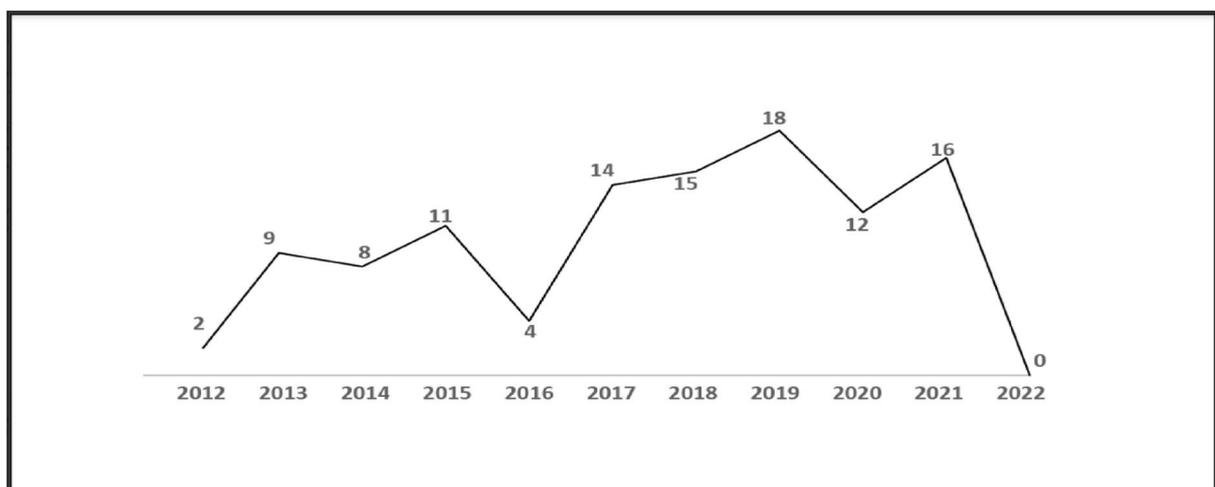
Uma segunda etapa de refinamento da coleta foi realizada revisando os registros previamente selecionados, a fim de descartar textos repetidos, bem como aqueles que envolvessem público não-militar (ex: amostras mistas de profissionais militares e civis) e que não apresentassem o gênero como variável relevante de análise (ex: estudos que caracterizam a distribuição de gênero na amostra mas que não se propõem a discutir as implicações do gênero para a compreensão do problema e interpretação dos resultados). Ao final, 109 artigos atenderam aos critérios de inclusão e exclusão, compondo a amostra definitiva da presente pesquisa.

Os estudos selecionados foram classificados conforme as seguintes categorias: distribuição de gênero entre os autores, país de origem do estudo, delineamento de pesquisa, foco da investigação, status militar dos participantes, distribuição de gênero entre os participantes, método de pesquisa e idioma. Para cada um dos artigos selecionados, foi coletado também o índice H (*H-index*) do periódico de publicação conforme a classificação da *Scimago Journal & Country Rank (SJR)*, bem como a área de conhecimento predominante de cada periódico. Por fim, foram identificados os principais conceitos ou variáveis que nortearam cada uma das pesquisas, a fim de mapear tendências e lacunas temáticas.

Resultados

Dos 109 artigos que compuseram a amostra final, 57% (n=62) foram encontrados na Web of Science, 30% (n=33) na Scopus e 13% (n=14) na PubMed. Nenhum dos artigos encontrados na Lilacs atendeu aos critérios de inclusão/exclusão estabelecidos. Não foram encontrados estudos em língua portuguesa ou espanhola dentro dos parâmetros de pesquisa em nenhuma das bases, de forma que a amostra foi totalmente caracterizada por pesquisas publicadas em língua inglesa (100%), realizadas predominantemente nos Estados Unidos (94%).

Figura 2: quantidade de artigos publicados anualmente durante os anos de 2002 a 2022.



Pesquisas com delineamento empírico compuseram a maior parte da amostra (n= 90, 83%); com menor número de revisões sistemáticas (n=9, 8%) e estudos teóricos e/ou de revisão de literatura não-sistemática (n=10, 9%). Dentre as pesquisas empíricas, os métodos quantitativos (n= 77, 86%) predominaram frente aos qualitativos (n=13, 14%).

Quanto ao status militar dos participantes, constatou-se que a maioria dos estudos empíricos optou por pesquisar público estritamente veterano (n=46, 51%), ou seja, indivíduos que haviam servido às Forças Armadas anteriormente, mas que no momento da pesquisa não estavam mais em serviço militar ativo. Outros 31% (n=28) envolveram somente militares em serviço ativo, e 18% (n=16) envolveram público misto (veteranos e militares ativos).

Em relação à distribuição de gênero na autoria dos trabalhos, a maioria dos estudos apresentaram uma mulher como primeira autora (n=85, 78%). Identificou-se ainda que em boa parte das publicações, todas as autoras eram mulheres (n=40, 37%), ao passo que apenas 5% (n=5) dos estudos foram publicados exclusivamente por homens. Quanto à distribuição de gênero entre os participantes, a maior parte das pesquisas empíricas utilizou amostra mista (n=55, 61%), enquanto 27% (n=24) utilizaram amostra composta somente por mulheres e 12% (n=11) pesquisaram somente homens. Em números gerais, a amostra de artigos (com exceção de 3 estudos, que apresentaram números inespecíficos ou inconsistentes quanto às variáveis demográficas) contemplou 912.588 homens (81,94%) e 201.106 mulheres.

Quanto ao foco das investigações, foram identificados os principais temas que nortearam cada estudo (sendo que um mesmo artigo pode ter sido categorizado em mais de um tema). Constatou-se forte predominância do trauma sexual militar (*military sexual trauma*, ou *MST*) como foco de investigação, presente em 42% dos estudos (n=46).

Tabela 1: distribuição percentual de temas nos estudos da amostra

Temas		
TSM	46	42%
Trauma e TEPT	32	29%
Papel de gênero	13	12%
Suicídio	12	11%
Depressão	12	11%
Saúde sexual	8	7%
DQ	7	6%
Discriminação de gênero	6	6%
Suporte social	5	5%
LGBT	5	5%
Estresse	4	4%
Desafios pós-carreira	4	4%
Liderança	3	3%
Violência doméstica	2	2%

Apesar do desenho da pesquisa ter se focado em estudos de psicologia, o contexto de interdisciplinaridade entre as áreas de saúde se revelou na diversidade de periódicos de origem dos artigos. Em relação à área de conhecimento, 59% dos artigos (n=64) foram publicados em periódicos voltados predominantemente para a psicologia, 26% (n=28) em periódicos interdisciplinares, 9% (n=10) em periódicos de medicina e 5% (n=5) em periódicos de psiquiatria, além de 1 artigo em periódico de enfermagem e 1 artigo em periódico da área de serviço social.

A distribuição dos artigos quanto à relevância científica dos periódicos de origem pode ser visualizada na Tabela 2 (média=93,56; desvio-padrão=46,96).

Tabela 2: relevância científica dos periódicos da amostra - H-Index.

Relevância científica dos periódicos	Qtd.	%	H-index
Military Psychology	14	13%	43
Journal of Traumatic Stress	10	9%	134
Psychology of Men & Masculinity	10	9%	60
Journal of Clinical Psychology	8	7%	119
Journal of Affective Disorders	5	5%	188
Psychological Services	5	5%	45
Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy	3	3%	48
Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology	2	2%	121
American Journal of Community Psychology	2	2%	112
Health Psychology	2	2%	164
Journal of Anxiety Disorders	2	2%	115
Journal of general internal medicine	2	2%	180
Journal of Occupational Health Psychology	2	2%	119
Journal of Trauma and Dissociation	2	2%	45
Military Medicine	2	2%	67
Psychiatry Research	2	2%	134
Psychology of Addictive Behaviors	2	2%	107
Psychology of Women Quarterly	2	2%	93
Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology	2	2%	121
Suicide and Life-Threatening Behavior	2	2%	90

Discussão

Os estudos que propõem algum tipo de análise de gênero nas instituições militares chamam a atenção por apresentarem questões que apontam diferenças nas experiências vividas por mulheres em relação aos homens neste contexto. Percebe-se que o feminino está posto a partir de uma ótica de alteridade ao que se considera “normal” neste ambiente de trabalho, trazendo consequências para a vida e a subjetividade das mulheres que se colocam profissionalmente nestes espaços. De acordo com Braswell & Kushner (2012), “é enfatizando a masculinidade – e separando rigidamente o masculino do feminino – que os militares criam capital social a partir de um grupo de soldados cujos status econômicos, etnias e ideologias poderiam colocá-los em conflito uns com os outros” (p. 532, tradução livre).

Entretanto, mesmo demonstradas na literatura substanciais diferenças entre as formas de se perceber e se vivenciar o trabalho masculino e feminino no militarismo (Kerrigan, 2012; Lehavot & Simpson, 2014; McGraw, 2016), a análise da amostra final coletada neste estudo (109 artigos) destacou um primeiro fator importante. Não foi identificado nenhum estudo realizado em instituições militares brasileiras, sugerindo uma importante lacuna nas publicações indexadas nos últimos 10 anos que envolvam análise de gênero em contexto militar no Brasil. Destarte, a partir de tal constatação, pode-se hipotetizar que há certa negligência no que tange a estudos de gênero e saúde mental sobre uma classe trabalhadora importante da sociedade brasileira, a qual se beneficiaria do olhar atento da ciência neste campo laborativo que tem no gênero um fator de atravessamento importante.

Uma consequência da falta de estudos brasileiros é a ausência de artigos que interseccionem gênero e militarismo em língua portuguesa (100% dos artigos da amostra são estrangeiros e em inglês), o que demarca uma dificuldade importante para profissionais brasileiros e pessoas interessadas nestas questões, ao apresentar uma barreira técnico-

linguística de acesso ao conhecimento científico. Além disso, por mais que pesquisadores brasileiros rompam as barreiras impostas pelo idioma, estudos estrangeiros, sendo estes principalmente nos Estados Unidos (94% da amostra), deixam de lado as especificidades da carreira militar no Brasil, com as legislações e nuances da profissão militar afetas ao território e à cultura nacional, trazendo problemas quanto à aplicação da teoria e da pesquisa realizada em ambiente internacional para o contexto brasileiro. Em 2003, Maria Celina D'Araújo, pesquisadora brasileira renomada no estudo de fenômenos pertinentes às forças militares, já tratava dos óbices enfrentados pelo gênero feminino nas forças armadas brasileiras, quando dizia que as mulheres, a partir de 1980, foram:

“(...) incorporadas aos quadros permanentes, não exclusivamente femininos, mas mesmo nesta condição *não podem galgar o topo da carreira pois os postos mais altos ainda estão associados a qualidades masculinas. Mais especificamente, os postos superiores estão condicionados ao exercício do comando, área ainda limitada para as mulheres*” (grifo nosso) (pp. 73-74).

Apesar das informações relatadas por D'Araújo (2003) sobre os obstáculos relacionados ao gênero nas casernas, a amostra que compõe este artigo, não tendo alcançado estudos em língua portuguesa e/ou realizados no país, demonstra que tais problemas parecem não terem sido debatidos com a devida atenção por parte da comunidade científica brasileira. Diferentemente do contexto de publicação em língua inglesa, que tem crescido ao longo dos últimos 10 anos, em território brasileiro o tema ainda não é devidamente explorado, justamente no momento em que tais questões deveriam ser examinadas à lupa, na década de maior avanço feminino nas forças armadas brasileiras, as quais segundo o Ministério da Defesa (2021) contam atualmente com 33.690 mulheres.

Outro resultado digno de aprofundamento é a predominância das mulheres como primeiras autoras dos artigos (n=85, 78%), o grande número de trabalhos em que todas as autoras são mulheres (n=40, 37%) e o fato de que somente 5% (n=5) dos artigos foram publicados exclusivamente por homens. A presença dessa configuração relacionada à autoria da amostra suscita hipóteses quanto ao interesse de pesquisadores homens sobre o tema, pelo menos neste campo de estudo. Neste sentido, em que pese o fato das discussões em torno das diferenças de gênero e suas decorrências estarem cada vez mais presentes na contemporaneidade, os dados mostram que o maior interesse sobre o tema parte das mulheres que, não coincidentemente, são os sujeitos mais oprimidos pelas estruturas patriarcais discriminatórias de gênero.

Bourdieu (2021), ao enfatizar que o trabalho é sempre sexuado em sua estrutura e inferiorizado quando realizado por mulheres (mesmo em profissões identicamente ocupadas por homens em que ambos os sexos desempenham as mesmas tarefas), discorre também sobre o fato de que os homens, consciente e/ou inconscientemente, não se dispõem a perceber as violências que cometem contra o feminino. Nessa perspectiva, pode-se indagar se o discreto quantitativo de homens autores estaria relacionado a um desinteresse por questionamentos científicos que promovam alterações nos pactos sociais que lhes favorecem, questionando e tensionando relações de poder das quais os mesmos têm sido historicamente beneficiados.

Apesar da predominância de mulheres na autoria dos estudos, verificou-se que a grande maioria dos participantes das pesquisas (81,94%) foram identificados como do gênero masculino. Ainda que 61% (n=55) das pesquisas empíricas tenham utilizado amostra mista, 27% (n=24) amostra somente feminina e 12% (n=11) amostra exclusivamente masculina, dado o fato do trabalho militar ser composto majoritariamente por homens, têm-se como consequência que os estudos de gênero no meio militar revelam uma narrativa

preponderantemente masculina, ou seja, grande parte do que tem sido investigado e publicado neste campo provém de um discurso expressivamente narrado por homens. Apesar das mulheres serem maioria entre os autores, é dos participantes que provêm os dados que informam a pesquisa e seus resultados. Partindo da compreensão das relações sociais de gênero enquanto uma construção histórico-cultural sobre a lógica de oposição, hierarquização e dominação (Kergoat, 2010), é possível denunciar o problema que se instala quando o conhecimento científico sobre gênero é desenvolvido a partir do discurso masculino.

De acordo com Bourdieu (2021), os grupos dominantes tem como característica a prontidão para fazer reconhecer sua maneira de ser particular como universal. Desta feita, o que se define como excelente está impregnado de implicações masculinas, mas que não se mostram desta maneira. Para o autor, “em outros termos, as normas pelas quais as mulheres são medidas nada têm de universais.” (Bourdieu, 2021, pp. 106).

Quanto ao delineamento, percebeu-se predominância de pesquisas empíricas (83%, n= 90), das quais 86% (n= 77) classificavam-se como quantitativas, demonstrando que há, na literatura, uma carência de estudos de vertente qualitativa que possam trazer mais aprofundamento sobre o trabalho militar feminino, alcançando maior detalhamento e compreensão das informações obtidas nas pesquisas de campo, e orientando a própria interpretação dos dados quantitativos.

Informação importante também encontrada na análise da amostra é que 51% (n= 46) dos estudos empíricos foram realizados com público estritamente veterano, e somente 18% (n= 28) com militares em serviço ativo. O dado é relevante ao mostrar que a maioria dos pesquisadores escolheu investigar questões de gênero no trabalho militar através de indivíduos que prestaram serviço anteriormente, mas que, no momento do estudo, já não estavam mais vinculados às instituições militares. A situação que se apresenta é instigante e

levanta a indagação: a pesquisa com veteranos é uma escolha deliberada ou uma conveniência?

Dado que 94% dos estudos selecionados foram realizados com militares estadunidenses, faz-se necessário compreender as especificidades do contexto cultural. Os EUA estão entre as maiores potências militares mundiais, e contam com um aparato governamental particularmente robusto para gerenciar esta força. Em 2022, suas forças armadas contam com mais de 1,3 milhões de militares em serviço ativo (International Institute for Strategic Studies, 2022) e um orçamento estimado em 715 bilhões de dólares (U.S. Department of Defense, 2021). Estima-se que, em 2018, o país contava com 18 milhões de veteranos, representando 7% da população adulta naquele ano (Vespa, 2020). O país conta ainda com o *U.S. Department of Veterans Affairs (VA)*, uma seção do governo dedicada à prestação de assistência a veteranos quanto à saúde mental e física e questões socioeconômicas.

O próprio termo “veterano”, utilizado para referir-se a quem serviu às forças armadas estadunidenses, é diferente do termo “reservista”, utilizado no Brasil para referir-se a quem pode ser convocado a servir, incluindo tanto aqueles que já serviram como aqueles que cumpriram alistamento obrigatório mas não foram convocados. Cabe observar que, ao contrário do Brasil, o alistamento militar nos EUA não é obrigatório.

Além dos números, o emprego militar norte-americano também se distingue pelo serviço em si, caracterizado por longos períodos de missão e atuação direta em zonas de guerra ativas. Esse contexto diferencia o impacto do serviço na saúde dos militares a médio e longo prazo e amplia o desafio de se reintegrar à sociedade civil. Para assessorar os veteranos no enfrentamento desse desafio, o *VA* desenvolve ações contínuas de diagnóstico e

tratamento, incluindo o rastreio obrigatório de trauma sexual militar dentre todos os veteranos que recebem assistência, implementado por lei federal.

Pode-se então levantar a hipótese de que, no contexto estadunidense, a realização de pesquisas com informações de militares veteranos seja mais frequente devido à maior disponibilidade (ou facilidade de acesso) a dados. Entretanto, não se pode descartar outras hipóteses, como a escolha deliberada por participantes veteranos frente à dificuldade de abordar questões sensíveis junto a militares em serviço ativo. Constatou-se, por exemplo, que o trauma sexual militar figurou como foco de investigações em 53% dos estudos empíricos realizados com público estritamente veterano, 53% dos realizados com público misto, e apenas 24% dos realizados exclusivamente com público em serviço ativo.

A rigidez das organizações militares com relação aos profissionais em serviço pode ter se apresentado como empecilho de investigação junto a estes, por medo de que fossem punidos por suas declarações? O rigor que estas instituições impõem sob as relações estabelecidas com seus membros, quer sejam nas regras disciplinares ou no *modus operandi* geral das organizações, possibilitam a emergência de um corpo técnico pronto a reagir com rapidez necessária a circunstâncias emergenciais, necessárias à proteção das sociedades. Contudo, o excesso de padronização do trabalho pode também ser fonte de ansiedade e enrijecimento de condutas, trazendo por consequência sofrimento e adoecimento dos trabalhadores (Molinier, 2004).

Por fim, julga-se pertinente destacar que o trauma sexual militar (*military sexual trauma*, ou *MST*) teve amplo destaque dentre os temas que nortearam as pesquisas, representando 42% dos estudos (n=46) da amostra. Na literatura em questão, o termo se refere ao trauma psicológico decorrido de agressão sexual ou assédio sexual sofrido durante o serviço militar ativo ou treinamento militar (Brownstone, Holliman, Gerber & Monteith,

2018). Os dados denunciam a gravidade dos problemas enfrentados por mulheres nos ambientes militares, mostrando que o sofrimento feminino tem em sua origem desde violências simbólicas de gênero a atos físicos de assédio e violência sexual.

Ademais, uma vez que os descritores utilizados para a busca não são termos diretamente relacionados à violência, torna-se necessário questionar tanto a alta frequência deste tema na amostra quanto a baixa frequência de outros tópicos que poderiam ser considerados importantes focos de pesquisa, como a liderança, por exemplo.

A vivência particular da mulher militar só ganha visibilidade quando marcada pela violência? Não se pode negar a importância de pesquisar sobre o tema, mas pode-se indagar: qual é a vivência, dentro dos espaços militares, das mulheres que não entram nas estatísticas de violência? Será que não sofrem violência, ou apenas não puderam ainda nomeá-la? E para além da violência, quais outras vivências caracterizam a dinâmica de trabalho dessas profissionais e que ainda escapam ao discurso narrado pela literatura?

Com base nos resultados aferidos, o que os dados apontam é que o saber científico desconhece, em grande parte, a realidade das mulheres militares para além da sua condição de vítimas.

Considerações Finais

A importância de uma revisão bibliométrica se revela na possibilidade de descrever o conhecimento científico produzido até então em uma determinada área de estudo. Se admitirmos que qualquer tentativa de intervenção real, tanto a nível de práxis profissional quanto a nível de políticas públicas, precisa se embasar no saber científico, torna-se imprescindível entender potenciais vieses e limitações desse saber, uma vez que se traduzem em vieses e limitações na realidade concreta das pessoas.

Ao apresentar um panorama sobre as principais características dos estudos que abordam questões de gênero no ambiente militar nos últimos 10 anos, foi possível verificar que a narrativa deste campo de trabalho é massivamente obtida através do discurso masculino, haja vista homens representam a grande maioria dos participantes das pesquisas (81,94%). Nesse sentido, o presente estudo denuncia limitações por parte da ciência quanto à apreensão da realidade em termos de diferenças de gênero nas instituições militares, uma vez que a assimetria demográfica nas amostras das publicações indexadas leva a uma exacerbação da voz masculina no militarismo, trazendo um tom de opacidade a experiência feminina.

Ainda, a constatação da ausência de pesquisas brasileiras, publicadas na última década, não indexadas em relevantes bases de dados afetas à psicologia, acaba por criar uma importante lacuna na agenda científica e no olhar sobre as especificidades das instituições militares no país, conseqüentemente deixando um hiato na revisão bibliométrica aqui proposta. Desse modo, considera-se imprescindível fomentar a publicação e publicização de estudos de gênero nas instituições militares, principalmente no Brasil, dedicando maior atenção à experiência vivida e aos modos de ser e estar da mulher militar neste ambiente de trabalho, ainda tão emaranhado às discrepâncias de gênero.

Referências

- Bourdieu, P. (2001). *O poder simbólico*. (4ª ed.). Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2021). *A dominação masculina*. (19ª ed.). Bertrand Brasil.
- Braswell, H., & Kushner, H. I. (2012). Suicide, social integration, and masculinity in the U.S. military. *Social Science & Medicine*, 74(4), 530–536.
<https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2010.07.031>
- Brownstone, L. M., Holliman, B. D., Gerber, H. R., & Monteith, L. L. (2018). The phenomenology of military sexual trauma among women veterans. *Psychology of Women Quarterly*, 42(4), 399–413. <https://doi.org/10.1177/0361684318791154>
- D'Araujo, M. C. (2003). Pós-modernidade, sexo e gênero nas Forças Armadas. *Security and Defense Studies Review*. 3(1), 69-108.
- D'Araujo, M.C. (2004). Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In C. Castro, V. Izecksohn & H. Kraay (Orgs.), *Nova história militar brasileira* (pp. 439-459). Rio de Janeiro: FGV.
- Dejours, C. (2012). *Trabalho vivo: Tomo I. Sexualidade e trabalho*. Brasília: Paralelo 15.
- Demers, A. L. (2013). From Death to Life: Female Veterans, Identity Negotiation, and Reintegration Into Society. *Journal of Humanistic Psychology*, 53(4), 489–515.
<https://doi.org/10.1177/0022167812472395>
- International Institute for Strategic Studies (2022). *The Military Balance 2021*. London: Routledge.
- Kergoat, D. (2010). Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos*, Edição 86, 29(1), 93-103. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005>

Kerrigan, M. F. (2012). Transgender discrimination in the military: The new don't ask, don't tell. *Psychology, Public Policy, and Law*, 18(3), 500–518.

<https://doi.org/10.1037/a0025771>

Lehavot, K., & Simpson, T. L. (2014). Trauma, posttraumatic stress disorder, and depression among sexual minority and heterosexual women veterans. *Journal of Counseling Psychology*, 61(3), 392-403. [http://dx-](http://dx-doi.ez54.periodicos.capes.gov.br/10.1037/cou0000019)

[doi.ez54.periodicos.capes.gov.br/10.1037/cou0000019](http://dx-doi.ez54.periodicos.capes.gov.br/10.1037/cou0000019)

McGraw K. (2016). Gender Differences Among Military Combatants: Does Social Support, Ostracism, and Pain Perception Influence Psychological Health?. *Military medicine*, 181(1), 80–85. <https://doi.org/10.7205/MILMED-D-15-00254>

Molinier, P. (2004). *Psicodinâmica do trabalho e relações sociais de sexo: um itinerário interdisciplinar.1988-2002*. Production, 14, 14-26.
doi:10.1590/S0103.65132004000300003.

Nóbrega, I. & Oliveira, V. (2021, 08 de março). Ministério da Defesa conta com mais de 34 mil mulheres em seus quadros. Portal gov.br. <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ministerio-da-defesa-counta-com-mais-de-34-mil-mulheres-em-seus-quadros>

North Atlantic Treaty Organisation (2019). Annual Summary of the National Reports of NATO Member and Partner Nations to the NATO Committee on Gender Perspectives.
https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2021/9/pdf/NCGP_Full_Report_2019.pdf

Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), pp. 71-99.

U.S. Department of Defense (2021). National Defense Budget Estimates for FY 2022. https://comptroller.defense.gov/Portals/45/Documents/defbudget/FY2022/FY22_Green_Book.pdf

Zanello, V. (2018) Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris.

Vespa, J. E. (2020). Those Who Served: America's Veterans From World War II to the War on Terror. United States Census Bureau. <https://www.census.gov/content/dam/Census/library/publications/2020/demo/acs-43.pdf>

ESTUDO 2

Mulheres Militares: a intersecção do dispositivo materno de gênero com o trabalho militar feminino

Resumo

A inserção de mulheres em instituições militares, ocorrida de forma mais intensa nas sociedades ocidentais a partir de 1970, fruto de intensas lutas do movimento feminista por direitos políticos e sociais igualitários no século XX, derrubou mais uma das barreiras relacionadas ao avanço feminino em campos profissionais mormente dominados por homens. Tomando por base estudos relacionados ao ingresso de mulheres nas forças armadas brasileiras e questões de gênero que permeiam estas instituições, o presente artigo objetivou refletir sobre como as organizações militares lidam com a presença feminina na caserna e a intersecção do dispositivo materno de gênero com as funções designadas para as mulheres neste campo de trabalho. Verificou-se que, apesar de abrirem suas carreiras para as mulheres, as forças armadas brasileiras ainda se baseiam em estereótipos sexistas na composição de seus quadros, delimitando a presença de mulheres a funções que culturalmente estão emparelhadas ao gênero feminino.

Palavras - chave: Trabalho, Militar, Feminino, Mulher, Gênero

Abstract

Women's entry into military institutions, which took place more intensely in Western societies from the 70's onwards, resulted from the feminist movement's relentless struggle for egalitarian political and social rights during the twentieth century. Their inclusion broke down another one of the barriers related to women's progress within professional fields ruled by men. Based on studies related to women's entry into the Brazilian Armed Forces and gender issues that pervade these institutions, this article's aims at investigating how military organizations cope with female presence in the barracks and the intersection between the motherhood gender device and the working positions assigned to women in this field of work. Despite the fact they have opened job positions for women, it is worth highlighting that the Brazilian Armed Forces still rely on sexist stereotypes when selecting their staff members, restricting women's presence to roles that are culturally paired with the female gender.

Keywords: Work, Military, Feminine, Woman, Gender.

Introdução

A organização do trabalho humano foi engendrada por diversas circunstâncias ao longo da história da civilização até a contemporaneidade. Nessa esteira, a Revolução Industrial pode ser vista como o marco temporal de consolidação do sistema econômico vigente e da configuração moderna do trabalho pautado no capitalismo.

Neste contexto, para além do modo clássico de se cogitar o trabalho simplesmente como pilar estruturante do sistema capitalista, em termos econômicos e de exploração humana, o fazer do trabalhador é campo amplo para possibilidades de subjetivação e implicação dos sujeitos na construção civilizatória (Marcuse, 1975). À vista disso, Freud (1930) teoriza sobre a importância do trabalho na vida humana para além das necessidades de subsistência, como importante mecanismo sublimatório das pulsões.

Denota-se que o trabalho é impossível de ser pensado uniformemente no que tange a homens e mulheres, visto que as diferenças em termos de gênero sempre estiveram presentes nesse enredo. Nas diversas formas de estruturação entre o trabalho masculino e feminino, é mister frisar que o segundo constantemente foi visto em termos de negativo (Federici, 2004). Como modo de produção dominante, o sistema capitalista, além de discursar sobre o destino da mulher como sendo principalmente voltado para a família e o lar burguês, consolidou também uma divisão sexuada do trabalho, em que nascer em um determinado corpo -macho ou fêmea- automaticamente imprime aos sujeitos uma determinação sobre seu lugar social e, mais especificamente, sobre os espaços de trabalho que na prática passaram a ser vistos como produtivos ou reprodutivos (Kehl, 2007).

Segundo Leskinen (2004), a inserção formal da força de trabalho feminina para além do ambiente doméstico alcançou seu ápice a partir da Revolução Industrial e, principalmente, na I e II Guerra Mundial (1914-1918 e 1939-1945, respectivamente).

Os séculos XIX e XX trouxeram importantes avanços sociais conquistados pelos movimentos da luta feminista, com relativa emancipação das mulheres no mundo do trabalho e as discussões sobre gênero, representações sociais e papéis destinados a homens e mulheres no imaginário social (Beavouir, 1980).

Atualmente, as mulheres estão inseridas em espaços laborais que, no decorrer da história, eram designados como determinadamente masculinos (Bertaud, 2013). Não obstante, algumas ocupações, como é o caso do trabalho militar, ainda vão de encontro ao que é socialmente previsto para mulheres em termos de profissão. Kergoat (2009) elucida que a contemporaneidade ainda insiste em uma divisão sexual do trabalho, na qual os estereótipos em torno das profissões são edificados a partir de questões simplistas, como “o que se espera de uma mulher” e “o que se espera de um homem”. Assim, é certo dizer que existe em nossa cultura um roteiro de comportamentos, práticas e interesses profissionais que deveriam caber ao feminino e, de forma avessa, profissões que se confrontam com as estruturas discursivas de gênero e dispositivos designados aprioristicamente para as mulheres (Zanello, 2018).

Como ferramenta analítica, segundo Foucault (1996), dispositivos podem ser entendidos como mecanismos e arranjos de poder, práticas sociais discursivas e não discursivas, limiares estéticos, científicos e políticos dos quais pertencemos e a partir deles agimos, sendo “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo”. (Foucault, 1996, p. 244).

Destarte, conforme demonstra a pesquisadora Valeska Zanelo (2018) no livro “*Saúde Mental, Gênero e Dispositivos*”, existem dispositivos arquitetados em âmbitos micro e macropolíticos, difundidos via tecnologias pedagógicas de gênero, configurados específica e diferentemente para homens e mulheres. De Lauretis (1994) afirma que as tecnologias de gênero - tais como o cinema e a mídia com seus múltiplos aparatos - dão forma a processos de subjetivação pelos indivíduos no que concerne a representações sexo-gênero.

Diante do exposto, tomando por base o arcabouço teórico acerca do conceito de gênero e dispositivos, o presente artigo objetiva refletir sobre o trabalho militar feminino nas forças armadas brasileiras, haja vista a literatura aponta as organizações militares como fortemente atravessadas por questões de gênero. Utilizar-se-á como referência para discussão da questão proposta o trabalho da professora e pesquisadora Valeska Zanelo no livro “*Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*” (2018), e bibliografias sobre a presença da mulher no campo militar, tais como as pesquisas de D’Araújo (2003; 2004; 2013), Takahashi (2002; 2008), Rosa & Brito (2007; 2008, 2010), Resende (2017), etc, as quais buscaram identificar, de que forma se deu a inserção feminina nas instituições militares, e como as mulheres se relacionam com o trabalho nestas organizações predominantemente dominadas por homens.

Mulheres e Organizações Militares

Mesmo após relativa emancipação feminina no último século, existem ainda hoje determinadas profissões, ocupações e tarefas, onde, sob o menor esforço de observação, são perceptíveis componentes machistas, sexistas, promotores de desigualdade de gênero e que perpetuam certo tipo de violência simbólica contra as mulheres. Por vezes, tais aspectos não estão explícitos somente nas diferenças remuneratórias entre homens e mulheres, mas também em estruturas organizacionais excludentes e inferiorizantes do trabalho feminino,

quer sejam na composição hierárquica ou disseminadas na cultura da organização (Pinto, 2010).

Bourdieu (2011) relata que a violência simbólica vivida por mulheres é uma espécie de violência suave e por vezes invisível para as próprias vítimas:

A violência de certas reações emocionais contra a entrada das mulheres em tal ou qual profissão é compreensível, se virmos que as próprias posições sociais são sexuadas, e sexualizantes, e que ao defender seus cargos contra a feminilização, é sua ideia mais profunda de si mesmo como homens que os homens estão pretendendo proteger, sobretudo no caso de categorias sociais como trabalhadores manuais, ou *de profissões como a das forças armadas, que devem boa parte, senão a totalidade, de seu valor, até mesmo a seus próprios olhos, à sua imagem de virilidade* (Bourdieu, 2011, p. 115).

Sob essa ótica, ao se fazer uma análise conjuntural sobre como se deu a entrada e atual participação de mulheres no trabalho das forças armadas, percebe-se que este é um dos principais ambientes em que as questões de gênero estão fortemente enredadas (D'Araújo, 2013).

No Brasil, a presença do sexo feminino em cada uma das forças se deu vagarosamente, em momentos distintos, a partir de 1982. Ainda hoje, especificamente o Exército Brasileiro conta com apenas 13.052 militares do sexo feminino em suas carreiras, correspondendo a 10,2% do efetivo da força (MD, 2022), número ínfimo diante da grande maioria de homens que compõem os recursos humanos da instituição. Este dado, isoladamente, já aponta um aspecto cultural de hipervalorização de estereótipos masculinos no trabalho militar, marcando a instituição com o traço de virilidade característico dos sujeitos posicionados sob o signo da masculinidade.

(...) se estamos falando de um campo militar, então temos, necessariamente, a emergência de um *habitus* correspondente, um *habitus* militar. Todavia, sendo esse campo uma construção historicamente masculina, suas regras e relações de força acabam seguindo a mesma lógica subjacente. Desse modo, os protagonistas do campo seriam aqueles que, fizeram essas regras e que por meio delas, jogam o jogo com vistas a assumir melhores posições e a conservarem a estrutura do campo. *Referimo-nos aos homens que, desde a gênese do campo, ocupam posições de dominação nesse espaço de possíveis. Ademais, se para cada campo específico há um habitus igualmente específico, sendo o campo militar uma estrutura masculina, então temos a caracterização de um tipo particular de habitus: o habitus masculino* (Rosa & Brito, 2008, p.8).

A professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Maria Celina D'Araújo, membra do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), considerada um dos maiores nomes no que tange a estudos sobre a inserção da mulher no contexto militar brasileiro, aponta que, neste segmento específico da sociedade, a presença de mulheres parece descortinar preconceitos arraigados e questionar lugares de poder preciosos ao *status quo*. Segundo D'Araújo (2003), a suposta fraqueza física associada à vocação maternal, desponta como um dos maiores fatores de limitação na carreira militar para as mulheres. Ademais, uma consultoria realizada por Almeida (2015) para a Câmara dos Deputados, nas áreas de Defesa Nacional e Segurança Pública, evidencia que, em meio a várias alegações apontadas para atravancar a inclusão feminina nas forças armadas, muitos pretextos mostram-se relacionados ao imaginário social de que a mulher traz em si uma inerente fragilidade psicológica.

Takahashi (2002), em pesquisa de doutorado intitulada "*Homens e Mulheres em Campo: um estudo sobre a formação da identidade militar*" informa que o militarismo

propõe a internalização de valores que são geralmente relacionados ao masculino (razão, poder, força, liderança, coragem, etc.). Ao verificar e descrever sobre aspectos relacionados à chegada e formação das primeiras cadetes na Força Aérea Brasileira, em 1996, a pesquisadora relata:

As primeiras cadetes enfrentaram um início difícil, elas relatam nas entrevistas que pensavam que “todas” as pessoas (homens) do Corpo de Cadetes queriam vê-las longe dali, porque elas representavam uma ameaça ao militarismo, elas seriam a causa de suspensão de alguns “privilégios” dos cadetes (falar palavrão, assistir vídeos eróticos longe dos olhos dos oficiais, entre outros) e da desunião do Corpo, visto que seriam protegidas... (2008, p. 2).

Todavia, apesar dos marcantes traços androcêntricos destas organizações, ano a ano, mesmo que a passos lentos, as mulheres têm avançado na participação (ao menos quantitativa) de efetivos das carreiras militares. No ano de 2014, a representação feminina total nas forças armadas era de cerca de 7%, elevando-se em 2016 para 8% do contingente militar (Rocha, 2018). Em 2019, Camargo (2019) informa que, segundo o Ministério da Defesa, a participação feminina na Marinha era de 10% e na Aeronáutica 13,78%.

Assim, verificada a presença da mulher nos quadros militares, a tendência é a percepção desse cenário como disruptivo para o gênero feminino, no sentido de que elas poderiam estar promovendo alterações nas relações de poder, configuradas a partir do que se considera socialmente como diferenças de gênero. Entretanto, apesar do número de mulheres ingressantes nas carreiras militares estarem em ascensão, ao se observar com olhar mais atento o que ocorre em termos de efetiva participação feminina dentro das instituições militares, verifica-se que, infelizmente, as mulheres continuam a performar – e são continuamente convocadas a isto- em acordo com os principais dispositivos de gênero que a

elas são impostos e que, automática e inconscientemente, subjetivam, encarnam e legitimam. D'Araujo (2003; 2004) afirma que por mais que as instituições militares discurssem no sentido de que todos são iguais, homens e mulheres, na prática, a cultura organizacional militar tende a perceber as mulheres como inferiores aos homens. Ademais, muitas das próprias mulheres acreditam que ocupações na caserna que estão mais próximas a funções de cuidado são a elas mais adequadas. No que corresponde a desempenhos relacionados à força física, entendem que devido a diferenças biológicas, são mais fracas que os homens (mesmo que isso muitas vezes se prove o contrário) e, pelo que denominam como questões psicológicas, são institucionalmente tratadas de forma desigual ao efetivo masculino (D'Araújo, 2003; 2004).

Mathias e Adão (2013), no trabalho intitulado “*Mulheres e Vida Militar*”, relatam que, no que se refere à distribuição de cargos, as forças armadas se organizam pautadas em premissas sexistas. Ao discorrerem especificamente sobre um estudo de caso realizado na Academia da Força Aérea Brasileira, pontuam que os dados mostram que a percepção inferiorizante da organização sobre o feminino tem importante consequência, vide o “fato de os homens ocuparem as posições de comando, para os quais estariam naturalmente preparados. Os postos que necessitassem de orientação e obediência deveriam ser ocupados pelas cadetes que, por sua “fragilidade” e “debilidade”, estariam mais bem colocadas neles” (p.159).

Gênero e Dispositivos

Ao longo do tempo, tendo se mostrado o sexo uma condição biológica incapaz de dar conta da complexidade das questões em torno da constituição homem/mulher, o termo “Gênero” surge como categoria de análise das ciências sociais, objetivando questionar a suposta essencialidade da diferença dos sexos. De Lauretis (1994) afirma que a construção do gênero é tanto produto quanto o processo de sua representação. Para a teórica, o sistema

sexo-gênero se apresenta como aparato semiótico e desfecho sociocultural, intercambiado por fatores políticos e econômicos, criando por consequência um sistema simbólico ou de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais: “Se as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos sociais” (De Lauretis, 1994, p. 212).

Judith Butler (1990), filósofa e teórica feminista contemporânea, argumenta que entre os vários pontos relacionados às discussões sobre gênero, é fundamental perceber tal conceito como uma categoria não estável, coisificada, substanciada e algo que naturalmente se apresenta ao mundo. Destaca ainda o gênero como uma definição debilmente construída na extensão do tempo, uma identidade inscrita via repetição estilizada de atos, transgeracional, constituindo uma dimensão de permanência e materialidade ilusória, uma ficção cultural. Nesse movimento de construção, o corpo é interpelado pelo gênero, encarnado e apropriado por este como local de possibilidades culturais, num complexo processo de devir, de fazer-se, dramatizar-se, reproduzir estruturas elementares e situações históricas, em que se tornar mulher é sujeitar o corpo ao gênero.

ser hembra es un hecho sin significado alguno, pero ser mujer es haberse vuelto una mujer, o sea obligar al cuerpo a conformarse com uma idea histórica de “mujer”, a inducir al cuerpo a volverse un signo cultural, a materializarse obedecendo uma possibilidade historicamente delimitada, y esto, hacerlo como proyecto corporal sostenido y repetido (Butler, 1990, p. 300).

Segundo Zanello (2018), a história e a cultura exercem papéis fundamentais como edificadoras da alteridade do que é ser homem ou mulher em nossa sociedade. Aparelhada por tecnologias pedagógicas que subjetivam nos sujeitos os papéis sociais definidos para o

feminino e o masculino, a cultura constantemente cria, mantém e aprimora performances que materializam os caminhos para o encaixe adequado do corpo e da vida aos dispositivos específicos a cada gênero. Desta forma, de acordo com Zanello (2018), “os dispositivos implicam sempre, portanto, um processo de subjetivação, ou seja, devem produzir o seu sujeito” (p.55).

Consoante à teoria foucaultiana (1996), existem três eixos (dimensões) relacionados aos dispositivos: saber, poder e subjetividade. Em relação ao eixo do *saber*, como constituição de uma rede de discursos, estariam presentes as curvas de visibilidade e de enunciação, elementos estes que possibilitam o “nascimento” dos sujeitos na conformidade com seu gênero, e permitem que eles tenham formas e nuances. As curvas de visibilidade não devem ser pensadas somente como imagens e figuras, assim como os regimes de enunciabilidade não são derivados meramente do que é enunciado, dos discursos deliberados ou registrados pela escrita. Ambos, visibilidade e enunciação, se colocam em um emaranhado complexo, uma teia de significados profunda e amalgamada nas diversas narrativas e experiências possíveis da cultura (Marcello, 2004).

No que tange ao eixo do *poder*, os dispositivos pressupõem linhas de força, distribuição e tensão. As linhas de força são que delineiam as curvas de visibilidade e os regimes de enunciação, formatando os trajetos que estes irão perpassar, operando como se fossem “flechas que não cessam de penetrar as coisas e as palavras” (Deleuze, 1996, p. 87). Tais linhas coadunam jogos de poder, os modulam e condicionam, estabelecendo relações de força estratégicas e políticas nos discursos e saberes.

Quanto ao eixo *subjetivação*, opera no nível de produção dos sujeitos atravessados pelos dispositivos, constituindo a subjetividade e produzindo relações dos indivíduos consigo mesmos, criando e colocando em circulação sua corporeidade e seu modo de estar no mundo,

organizando e formatando-se ativamente “em relação a uma verdade sobre si mesmos que eles mesmos devem contribuir ativamente para produzir” (Larrosa, 1995, p.55).

Zanello (2018) versa que, no que se relaciona a dispositivos de gênero, existem em nossa sociedade *scripts* culturais determinantes e norteadores para as performances de cada gênero em específico, ou seja, produções históricas, simbólicas, midiáticas e políticas, para homens e mulheres, onde os dispositivos amoroso e materno se colocam como os principais roteiros identitários para as mulheres e o dispositivo de eficácia para os homens. Este artigo limitar-se-á a discutir especificamente o disposto materno, pensado aqui como fator de atravessamento subjetivo no trabalho e nas funções desempenhadas por mulheres nas organizações militares.

Dispositivo Materno

Zanello (2008) afirma que o modo como enxergamos a maternidade e os afetos que a ela estão associados, fazem parte de uma construção sócio-histórica. A partir de meados do século XVIII, artefatos culturais, transformações sociais e narrativas apoiadas em tecnologias de gênero passaram a subjetivar na mulher o chamado instinto materno e o amor espontâneo, dando início a uma revolução na forma de se fazer a maternagem das crianças. No decorrer da história, principalmente com a chegada do século XVIII, ocorreu uma transmutação da imagem da mulher para a santa imagem da mãe. Antes percebida como perigosa, astuta, sedutora e negativa aos olhos da sociedade, passa então a ser vista como um ser doce, terno, projetado para o cuidado e a submissão que a vida privada muitas vezes lhe reserva.

No século XX, discursos sustentados por uma cientificidade adequada a interesses político-econômicos e a manutenção do patriarcado no modo de produção capitalista, fundaram ordenamentos morais, no sentido de que a mulher deveria cada vez mais abrir mão de suas atividades para se dedicar ao cuidado dos bebês e, conseqüentemente, se submeter à

dominação masculina. Através de aguçadas pedagogias de afeto, capturada por processos de subjetivação que passam a dispensar controles externos, agora consciente e inconscientemente estava posto à mulher o abençoado lugar de mãe, que passa a receber como dádiva todos os sacrifícios necessários ao cuidado que a ela lhe são entregues (Zanello, 2018).

Se, por um lado, aumentaram as tarefas, por outro, houve um apogeu da promoção da imagem da mãe. Devotamento e sacrifício fizeram “brilhar” ainda mais a maternidade. É por meio dos valores que se firmaram nessa transição que se pode compreender a configuração do dispositivo materno. Assim, se, de um lado solicitava-se às mulheres um trabalho cada vez maior de autoabnegação, por outro, construía-lhes um lugar, de certa forma, “empoderado”, ainda que, é necessário destacar, um empoderamento colonizado” (Zanello, 2008, p. 127).

Na modernidade, novos *scripts* performativos sobre o “ser mulher” passam a ser inseridos na sociedade. Além de mãe/cuidadora por natureza, a mulher teria que ser também capaz de administrar a vida profissional e manter cuidados estéticos adequados ao que dela se espera. O agenciamento feminino quanto à postura maternal e de cuidado doméstico que passa a lhe ser inerente, acompanhou a mulher inclusive em outros terrenos, desembocando no campo do trabalho, em “profissões, portanto, ligadas ao cuidado com os outros” (Zanello, 2018, p. 140). Ainda hoje, há uma feminização de determinados trabalhos, pois “a naturalização de qualidades maternas nas mulheres - como capacidade de cuidar dos outros, altruísmo, afeto, atenção, paciência etc.- teve desdobramentos importantes, tanto na esfera doméstica, quanto na vida laboral” (Zanello, 2008, p. 141). Nesse sentido, os espaços de trabalho destinados às mulheres e as escolhas profissionais femininas, por muito tempo foram e ainda são interpeladas pelos dispositivos de gênero. Trabalhos que socialmente são

emparelhados ao masculino, são pouco realizados por mulheres, ao passo que profissões que requisitam performances semelhantes às aquelas programadas pelo dispositivo materno, são geralmente por elas escolhidas ou impostas por meio de mecanismos legais e regulamentares segregatórios. Mesmo quando ocorre uma pseudo abertura para atuação feminina em carreiras e profissões que aparentemente rompem com as imposições sociais de gênero, as mulheres tendem a serem designadas, dentro dessas profissões, a exercerem trabalhos de cuidado e administrativos, as mesmas funções que geralmente desempenham na vida privada domiciliar.

As estatísticas sobre o mercado de trabalho, apresentadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2017), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD C), parecem ratificar a hipótese acima levantada, ao mostrar que a participação das mulheres é bastante superior à dos homens em ocupações culturalmente percebidas como “femininas”, ou seja, que fazem intersecção com os dispositivos de gênero femininos. A maior disparidade é encontrada na categoria dos empregados domésticos, na qual 92,3% são mulheres. Mas elas também predominam no magistério, nas enfermarias e na assistência social (profissões que se mesclam com características marcantes do dispositivo materno, tais como sensibilidade, altruísmo, emoção, cuidado e dedicação ao outro) aonde a participação dessa categoria chega a ser até 67% maior que dos homens. Já atividades tipicamente masculinas, como construção civil, engenharias, transporte, armazenagem, gestão e profissões relacionadas às áreas das ciências exatas, mostram preponderante ocupação masculina (IBGE, 2017).

Dispositivo Materno em Intersecção Com as Funções Desempenhadas por Mulheres nas Carreiras Militares

Zanello (2018) sublinha que o corpo feminino foi marcado por um processo sistemático de colonização afetiva, passando a se localizar historicamente como espaço nato e projetado para a maternidade, dando forma a um imaginário social sobre o papel das mães não só em âmbito privado, mas também transferido para um propósito maior do cuidado do coletivo. As tecnologias pedagógicas de gênero, fazendo ressonância na disseminação dos ideais maternos, historicamente ofereceram às mulheres “um lugar aclamado como o de mãe, de guardadora do futuro da pátria, de rainha do lar e responsável pela economia doméstica” (p. 133).

Na pesquisa de mestrado “*(O) Braço Forte, (A) mão amiga: Um estudo sobre a dominação masculina e violência simbólica em uma organização militar*”, Rosa (2007) ressalta que, a análise dos regulamentos legais que possibilitaram o ingresso de mulheres nas forças armadas brasileiras, aponta que tal acesso se deu morosa e cautelosamente. A incorporação nas carreiras, ainda hoje, acontece com cuidado, destinando a maior parte de vagas principalmente para áreas não operacionais como as de ensino e saúde. O estudo mostra que a mulher no trabalho das forças armadas, mesmo aparentando romper barreiras de gênero, continuaria engessada e performando amistosamente com um dos principais dispositivos de gênero feminino: o dispositivo materno. No trabalho em questão, o autor relata que a história da guerra é representada pelo esforço dos homens; às mulheres ficava reservado o papel de defensoras dos filhos ou a menção de funções de cunho assistencial - principalmente a enfermagem - desvinculadas das atividades fins ligadas ao masculino. Ao descrever sobre o envio de um corpo de enfermeiras para a Segunda Guerra Mundial (mulheres civis voluntárias que tiveram que participar do Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército), em 1943, compondo o batalhão de saúde da Força

Expedicionária Brasileira (FEB), o autor demonstra, indiretamente, a intersecção do dispositivo materno com o trabalho militar feminino à época, reforçando na mulher comportamentos de sacrifício e amor maternal. Rosa (2007) relata que a participação feminina na guerra

foi marcada por uma série de dificuldades no front italiano. Além, é claro, das próprias dificuldades da guerra, havia ainda as barreiras culturais, a inadequação dos equipamentos de campanha, e os problemas climáticos que tornaram a permanência das brasileiras algo demasiado adverso. O reflexo dessas adversidades reforçava no imaginário coletivo a ideia de bravura, coragem e *abnegação que ganhavam um significado simbólico ao associar as enfermeiras a um tipo de presença materna no campo de batalha, aliviando o sofrimento dos soldados feridos* [ênfase adicionada] (p. 230)

Faz-se perceptível o emparelhamento das funções femininas aos ideais do dispositivo materno, ao longo da história do militarismo, quando o autor também menciona que

A imagem de “mãe pátria” que cumpria uma “missão divina”, veiculada antes mesmo do engajamento feminino na guerra, foi uma estratégia do Estado-Novo para mobilizar um ideal de comunhão social em torno das mulheres ricas e pobres que poderiam se unir no trabalho e no cuidado dos filhos enviados à Itália (Cytrynowicz, 2000). Por outro lado, *essa mesma imagem associada ao cuidado dos “filhos” estava referenciada nas atividades vistas como adequadas para as mulheres. Isto é, como uma vocação natural tida como extensão do papel de mãe que cuida da casa (campo de batalha), dos filhos (soldados) e está subordinada ao marido (médico) que é o chefe da família (equipe médica)* (Rosa, 2007, p. 231).

Um outro aspecto importante observado por Rosa (2007) e Rosa & Brito (2010) em suas pesquisas, se refere ao fato de que, ao contrário de militares homens que tendem a usar da agressão verbal, do grito e xingamento para a resolução de conflitos nos quartéis, as mulheres buscam solucionar impasses sempre discretamente e pela via do diálogo, demonstrando em contextos de tensão nas relações interpessoais dos quartéis, mais uma vez, o uso de um repertório comportamental associado aos cuidados maternos. O dispositivo materno, absorvido pelas mulheres, cria as condições necessárias para a instalação de identificações com posições de cuidado e maternagem no mundo militar, evidenciando que a mulher, mesmo fora do ambiente privado, domiciliar e reprodutivo, continua por vezes performando dentro dos roteiros prescritos ao gênero feminino.

A análise das organizações militares realizada por D'Araújo (2003; 2004; 2013), apoiada em consistente experiência no estudo do campo militar e por meio de entrevistas com militares brasileiros que ocuparam posições de liderança nos últimos 30 anos, revela que, as três Forças, de modo geral, primam pelo trabalho feminino em funções administrativas e ligadas à saúde. Zucatto (2017) afirma que mesmo em carreiras em que as mulheres já são maioria, como é o caso do Corpo Médico da Marinha (55% do efetivo desta categoria profissional em específico), é interessante perceber que a massiva inclusão feminina “se deu pautada pela ótica do cuidado, inicialmente, não contribuindo diretamente para romper estereótipos de gênero” (p. 60).

D'Araújo (2013) relata que, apesar de países ocidentais estarem cada vez mais aceitando mulheres em suas tropas, são observadas restrições quanto à possibilidade de que ocupem posições hierárquicas avançadas e de comando nessas organizações. Ainda, capturadas por discursos sexistas e dispositivos de gênero que interpelam o feminino a se configurar socialmente a partir de lugares de submissão e cuidado, as posições subjetivas encarnadas por estas mulheres são utilizadas pelos homens como forma de obterem vantagens

no âmbito das relações estruturais de poder. Nesse ínterim, a autora (2003; 2004) ressalta que a mulher se coloca em desvantagem em relação aos homens, também pelo fato de que a ascensão profissional dos militares tem como requisito a constante mobilidade geográfica por parte de seus integrantes e, como fator dificultante, as mulheres acreditam ser delas a responsabilidade de estarem sempre perto do ambiente domiciliar e cuidando dos filhos: “Não seria humano pedir a uma mulher que se ausentasse de seus filhos enquanto que para um pai deixar filhos em casa, ainda que doentes, seria uma atitude perfeitamente aceitável” (2003, pp. 76-77).

O sentimento de culpa - quando se afastam de performances de cuidado com o lar e dos filhos -, ferramenta essencial utilizada pelo dispositivo materno, interfere de maneira evidente na vida profissional da mulher militar, colocando barreiras de acesso a funções destacadas no militarismo. À vista disso, Zucatto (2017) conclui que, em organizações militares

Mantêm-se concepções tradicionais acerca do casamento e do papel das mulheres na estrutura familiar, sendo argumento recorrente que a mobilidade demandada pela profissão militar poderia configurar impeditivo à constituição de famílias por parte das mulheres, além de um sentimento de que muitas delas deixariam a corporação quando desejassem se casar ou ter filhos – ambos pontos colocados de maneira a contrariar a maior inserção feminina nas FA (p. 36).

Destarte, percebe-se também que o impedimento para que as mulheres acessem altos postos na carreira e possam estar lotadas nas áreas fins destas instituições, baseia-se em premissas simplistas de gênero e esbarram em valores defendidos historicamente pelos militares, tais como a coragem, perfil de liderança, a brutalidade e a racionalidade, que são requisitos importantes para o militarismo.

Nossas conversas com os militares brasileiros confirmam que o mundo feminino, construído a partir das percepções sexistas, é classificado de forma diferente e desigual e que as qualidades masculinas são exclusivas assim como as femininas. E, entre as qualidades femininas, a que mais aparece é a da fragilidade. Frente a isso temos um paradoxo: como admitir mulheres, por natureza fisicamente débeis, em uma instituição que por definição tem que lidar com o monopólio da força bruta?

(D'Araújo, 2003, pp. 8-9).

Resende (2017), ao realizar um estudo sobre a presença de mulheres especificamente em operações de paz, afirma que há um paradoxo sobre a experiência do gênero feminino neste contexto. A mulher continua a ser vista como um ser de fragilidade e emoções, porém, é requisitada a estar em operações militares de paz justamente por essas características, as quais se tornam cruciais em situações que demandam performances voltadas ao cuidado (maternal) nas relações e mediações de conflitos. O autor afirma que através de sua pesquisa, fica evidenciada a manutenção estratégica de dominação masculina sobre o feminino, no contexto em que há uma clara segregação da mulher “colocando-a em segundo plano nas atividades de prestígio em cada campo particular, não obstante a comprovada capacidade das mulheres em exercer as mesmas atividades que os homens” (Resende, 2017, p. 15).

Considerações Finais

Ao propor uma discussão sobre a presença de mulheres nas carreiras militares no Brasil, o presente artigo demonstrou que a simples inserção feminina em ambientes de trabalho culturalmente dominados pelo masculino, como é o caso das forças armadas, apesar de positiva numa perspectiva de avanços relacionados à igualdade de gênero, não tem apresentado modificações e reordenamentos significativos no que tange a estruturas de poder que, historicamente, tem privilegiado os homens. Através de uma inclusão superficial

(quantitativa) e falseada das mulheres no militarismo, as engrenagens patriarcais, mantenedoras das diferenças simbólicas de gênero, continuam a subjugar o feminino, principalmente no exercício de atividades que não possibilitam que as mulheres acessem processos de trabalho entendidos como essenciais e significativos nas organizações militares.

Conforme apresentado, interpeladas por tecnologias pedagógicas de gênero, as mulheres foram configuradas culturalmente a performar de acordo com estruturas e dispositivos que, através do tempo, engessaram suas possibilidades de serem e existirem no mundo. Os dispositivos de gênero a elas endereçados por meio de narrativas com finalidades econômicas e políticas, gendraram suas vivências tanto em âmbito privado quanto nos espaços de trabalho, ou, como profere o discurso capitalista, no trabalho produtivo e reprodutivo.

Verificou-se, através da análise de pesquisas que buscaram compreender em que circunstâncias se dão o trabalho feminino nas forças armadas, que na grande maioria dos casos, as carreiras militares têm relegado às mulheres funções que apresentam clara intersecção com o dispositivo materno, isto é, funções administrativas, de apoio e, principalmente, que requisitam das mulheres a atuação de *scripts* comportamentais e afetivos relacionados ao cuidado.

Segundo Zanello (2018), o dispositivo materno, formatado para o gênero feminino, está tão profundamente enraizado na cultura que

uma mulher, ainda que sem filhos, será interpelada a funcionar em maior ou menor grau nesse dispositivo (a cuidar de seu pai doente, primo, irmão, namorado, etc., a abandonar seus próprios projetos em função dos outros, *a ter uma disponibilidade para o cuidado, ainda que em profissões ditas masculinas*) [ênfase adicionada] (Zanello, 2018, p.153).

Depreendeu-se que o dispositivo materno, subjetivado pelas mulheres, as coloca identificadas com lugares a elas determinados nas estruturas laborativas das instituições militares, as quais se organizam por meio de uma perspectiva monossexual, dificultando a efetiva participação feminina em seus processos finalísticos de trabalho. As consequências da participação assimétrica das mulheres no militarismo, ao serem requisitadas a performar a partir dos dispositivos de gênero - e, principalmente, ao se identificarem com este lugar -, saltam aos olhos nos estudos analisados para a confecção deste artigo, quando, por exemplo, D'Araújo (2003; 2004) sublinha a dificuldade de acesso das mulheres a cargos de comando. O campo militar possibilitou a entrada de mulheres, entretanto, não foram derrubadas barreiras de gênero de caráter implícito, tais como as relações de trabalho e interpessoais de poder, tampouco explícitas, como adequação de ordenamentos que dificultam a ascensão da mulher a determinados postos e funções (Schwether, 2018). Em sua pesquisa sobre a inserção feminina nas forças armadas no Brasil e Argentina, Schwether (2018) entende que “o enquadramento em funções subsidiárias contribuiu para reforçar estereótipos, ao demonstrar que elas não estariam aptas para desenvolverem as atividades mais nobres da organização...” (p. 253).

Nesse sentido, conclui-se que são necessários novos estudos sobre o tema e, principalmente, intervenções estratégicas que proponham modificar o atual panorama e o consequente *status quo* da organização militar, a partir de um viés de gênero, levando-se em conta que o desafio fundamental não é simplesmente aumentar em números a presença feminina nessas instituições, mas, para muito além, consolidar a efetiva equidade de gênero em todos os aspectos do trabalho, quais sejam nas relações de poder, hierárquicas e políticas do mundo militar.

Referências

- Almeida, V. H. A (2015). *Mulheres nas forças armadas brasileiras: Situação atual e perspectivas futuras*. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2015. <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/22600>
- Beavouir, S. (1980). *O Segundo Sexo: A Experiência Vivida*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.
- Bertaud, J-P. (2013). A virilidade militar. In: A. Corbin; J-J. Courtine; G. Vigarello. (Org.) *História da Virilidade: o triunfo da virilidade: o século XIX*. v. 2. pp. 195-248. Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, P. (2011). *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil.
- Butler, J. (1990). Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista. in: Case, S. H. (Org). *Performing Feminisms: Feminist Critical Theory and Theatre*. Baltimore: Johns Hopkins Press, pp.296-314.
- Camargo, W. (2019). *Mulheres nas Forças Armadas: desenvolvimento histórico-jurídico da participação feminina na defesa nacional*. 2019. <https://jus.com.br/artigos/72412/mulheres-nas-forcas-armadas-desenvolvimento-historicojuridico-da-participacao-feminina-na-defesa-nacional/2#top>
- D'Araujo, M.C. (2003) . Pós modernidade, sexo e gênero nas Forças Armadas. *Security and Defense Studies Review*, Washington, v.3. p.69-108.
- D'Araujo, M.C. (2004). Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In C. Castro ; V. Izecksoh ; H. Kraay (Orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV.

D'Araujo, M.C. (2013). *Matices en las visiones sobre militares y sociedad en América del Sur*. Documentos CIDOB , v. 36, p. 8-20.

Dejours, C. (2004). *Subjetividade, trabalho e ação*. Revista produção; São Paulo, v.14, n. 3, p.27-34.

Dejours, C. (2012). *Trabalho vivo (Tomo I e II)*. Brasília: Paralelo 15.

De Lauretis, A. (1994). A Tecnologia do Gênero. In: Hollanda, H. B. (Org.). *Tendências e Impasses – O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, pp. 206-241.

Deleuze, G. (1996). O que é um dispositivo? In: G. Deleuze, *O mistério de Ariana* (pp. 83-96). Lisboa: Vegas.

Exército Brasileiro. (2020). *Presença feminina é cada vez maior no meio militar*.

https://www.eb.mil.br/o-exercito?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&101_assetEntryId=7088918
Acesso

Federici, S. (2004). *O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. SP: Elefante.

Foucault, M. (1996). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Freud, S. (1930). *O mal-estar na civilização*. Obras Psicológicas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (2017). *PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*

- Contínua.* <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=o-que-e>
- Kehl, M. R. (2016). *Deslocamentos do feminino*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- Kergoat, D. (2009). Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. In Hirata, H. et al. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. Editora UNESP.
- Larrosa, J. (1995). Tecnologias do eu e educação. in: Silva, T. T. da. *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes. pp. 35-86.
- Leskinen, M. (2004). *Educación una clave hacia la igualdad*. Revista Observatório Social, v. 5.
- Marcello, F. de A. (2004). O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos maternos. *Educação & Realidade*, Porto Alegre: UFRGS/FACED, v. 29, n. 1, pp. 199-213.
- Marcuse, H. (1975). *Eros e Civilização: Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar editora.
- Mathias, S. K.; Adão, M. C. O. (2013). *Mulheres e Vida Militar*. In: Cadernos Adenaur. XIV. v..3. pp.145-165.
- Ministério da Defesa [MD]. (2022). *Ofício nº 60143.005505/2022-81/EB/INFORM*. Brasília, DF. 28 de julho de 2022.
- Pinto, C. R. J. (2010). Feminismo, história e poder. In: *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v.18, n. 36, pp. 15-23.
- Resende, S. (2017) *Uma questão de gênero: mulheres, forças armadas e operações de paz*. Cadernos de Relações Internacionais. 2017, pp. 76-95.

- Rocha, S. A. (2018). *Presença de Mulheres nas Forças Armadas Brasileiras: uma análise da sua inserção e os desafios atuais*. RICRI. v. 6, n. 11.
- Rosa, A. R. (2007). *(O) Braço Forte, (A) Mão Amiga: um estudo sobre dominação masculina e violência simbólica em uma organização militar*. [Dissertação de Mestrado em Administração, Universidade Federal de Lavras].
- Rosa, A. R., Brito, M. J. (2008, 6 de setembro). *Mulheres Fardadas: Reflexões sobre Dominação Masculina e Violência Simbólica na Organização Militar*. XXXII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro.
http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/38/EOR-C636.pdf
- Rosa, A. R., Brito, M. J. (2010). *Corpo e Alma nas Organizações: um Estudo Sobre Dominação e Construção Social dos Corpos na Organização Militar*. *RAC-Revista de Administração Contemporânea*, v. 14 n.2, pp. 194-211.
<https://www.scielo.br/j/rac/a/xXpVXGRXGVzpB9cwWTXnPfx/?lang=pt&format=pdf>
- Scott, J. W. (1995). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, pp. 71-99.
- Schwether, N. D. (2018). *Forças armadas e sociedade civil: atores e agendas da defesa nacional no século XXI* / organizadores Alexandre Fuccille, Luiz Rogério Franco Goldoni, Maria Cecília de Oliveira Adão. — São Cristóvão, SE : Ed. UFS, 2018.
Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/168628>
- Takahashi, E. (2002). *Homens e Mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar*. [Tese de Doutorado em Educação, Universidade de Campinas].

Takahashi, E. (2008). Notas sobre a formação das primeiras mulheres na Academia da Força Aérea. In: D'Araújo, M.C.; Soares, S. A.; Mathias, S. K. *Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas I*. São Paulo: Mercado de Letras, 2008.
https://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Emilia_Takahashi_12-08-07.pdf

Zanello, V. (2018) *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.

Zucatto, G. E. (2017). *Não Se Nasce Militar, Torna-se Militar: Uma análise do processo de inserção feminina nas Forças Armadas brasileiras*. [Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro].
<https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/15567/1/dissertacao%20Giovana%20%20Zucatto.pdf>

ESTUDO 3

**“O Exército Não Foi Feito Para Mulheres”: psicodinâmica do trabalho feminino
no Exército Brasileiro**

Resumo

Para as mulheres, lançar-se no mundo como trabalhadoras representa um grande desafio, principalmente quando o ambiente laboral é dominado por homens e tem a marca da virilidade impressa em diversos âmbitos da organização. O trabalho em questão colocou-se a pesquisar como se dão as vivências de mulheres militares, trabalhadoras do Exército Brasileiro (EB), haja vista as instituições militares são conhecidas como espaços propícios à rigidez de condutas, ao machismo e sexismo. A teoria Dejouriana da Psicodinâmica do Trabalho e a Psicodinâmica do Trabalho Feminino proposta por Antloga et al (2020) foi o arcabouço teórico utilizado para o alcance dos objetivos propostos, sendo: descrever e analisar o contexto de trabalho das mulheres militares do EB nas dimensões organização do trabalho, condições de trabalho e relações socioprofissionais e, ainda, a relação prazer-sofrimento no trabalho. Como resultado, este artigo reafirmou a posição de estudos anteriores sobre as discriminações de gênero sofridas por mulheres que ousam atuar no campo militar e concluiu que tais mulheres fazem uso de estratégias de defesa para manejarem o sofrimento advindo da organização do trabalho.

Palavras - chave: Psicodinâmica do Trabalho, Militar, Mulher

Abstract

When the work environment is dominated by men and has the mark of virility imprinted on several areas of the organization, launching into the world as workers represents a great challenge, especially for women.

This research aims to investigate the experiences of military women, workers of the Brazilian Army (BA), given that military institutions are known for being spaces propitious to rigidity of conduct, chauvinism and sexism.

The Dejourian theory of Psychodynamics of Work and the Psychodynamics of Female Work proposed by Antloga et al (2020) was the theoretical framework used to achieve the proposed objectives, namely: to describe and analyze the work context of BA military women in the dimensions of work organization, working conditions and socio-professional relationships, and also the pleasure-suffering relationship at work.

As a result, this article reaffirmed the position of previous studies on gender discrimination suffered by women who dare to act in the military field and concluded that those women make use of defense strategies to manage the suffering proceeding from the dynamics of work.

Keywords: Psychodynamics of Work, Military, Woman.

Introdução

Nenhum ser humano fica impassível diante do trabalho. A vida pressupõe sempre um encadeamento de processos físicos e mobilizadores de afeto e inteligência, que inevitavelmente tocam os sujeitos que sobre o trabalho se debruçam e se implicam. Nesse sentido, o engajamento do corpo no labor traz consequências importantes para a subjetividade, que “sai acrescentada, enaltecida, ou ao contrário, diminuída, mortificada” (Dejours, 2004, p.30) na relação com o trabalho. Todavia, para além do âmbito generalista que a todos contempla quando nos propomos a refletir sobre as questões envolvidas no ato de executar determinado ofício, o recorte sobre o feminino neste campo mostra-se imprescindível, se considerarmos que o fator gênero traz em si camadas de conteúdo histórico, político e social, que precisa de atenção destacada para a compreensão dos fenômenos sociais atrelados à presença feminina nos meios de produção. No que toca às mulheres, principalmente ao se pautar o olhar nos atravessamentos que as intersecções de raça e classe social trazem para o campo do trabalho, verifica-se que, o gênero feminino está inscrito a partir de um enredo por vezes invisível e infinito no que tange ao trabalho produtivo e especialmente reprodutivo em nossa sociedade (Antloga, 2021).

Estudos mostram que, dentre as mais variadas ocupações e ofícios, o trabalho militar desponta como uma das profissões mais marcadas por antagonismos e conflitos relacionados a gênero, sendo que, ao mesmo tempo, as instituições militares tendem a escamotear tais questões (Kerrigan, 2012; Lehavot & Simpson, 2014; McGraw, 2016).

De acordo com o Ministério da Defesa, atualmente o Exército Brasileiro conta com 13.052 (10,2%) militares do sexo feminino em suas carreiras (Ministério da Defesa [MD], 2022). Estas mulheres vivenciam cotidianamente experiências que dizem respeito a manifestação concreta de um discurso que supervaloriza os homens e perpetua

institucionalmente o machismo estrutural da sociedade brasileira (D'Araújo, 2003; 2004; 2013). Concomitantemente, também precisam lidar com as amarras de uma estrutura organizacional inflexível, a natureza de uma carreira rígida em condutas e tarefas estritamente prescritas (D'Araújo, 2003, 2004), não moduláveis à adaptação dos sujeitos e inibidoras de criatividade, possibilitando o recrudescimento de um campo fértil ao adoecimento dessa minoria.

A teoria dejouriana pressupõe que “trabalhar é preencher a lacuna existente entre o prescrito e o efetivo” (Dejours, 2012, p. 38) e que o adoecimento psíquico aconteceria quando o sujeito se dá conta da impossibilidade de negociações e mudanças concretas na organização do trabalho, assim como a falta de reconhecimento. Molinier (2004) assinala que uma organização que não permite a elaboração do sofrimento dos sujeitos no encontro com o real, convertendo-o em prazer, tem o potencial de afetar negativamente a saúde mental dos trabalhadores.

Por conseguinte, o contexto do trabalho militar, na instituição referida, apresenta especificamente para as mulheres uma via exacerbada de percalços na carreira, haja vista o grupo em questão, historicamente, é alvo de preconceitos associados ao gênero. Somado a isto, mulheres militares precisam também se deparar com a especificidade do trabalho nas casernas, amplamente reconhecido como espaço forjado na padronização do trabalho e no estreitamento das possibilidades de expressão da individualidade.

O presente artigo elaborou seu problema de pesquisa ao questionar como a organização do trabalho militar, especificamente na instituição Exército Brasileiro, campo este masculinizado e de características por vezes tayloristas (D'Araújo, 2013), afeta a subjetividade e a vida de mulheres militares. Objetivou-se verificar a psicodinâmica do trabalho de mulheres do EB, através da análise das vivências de prazer e de sofrimento, dadas

as especificidades da organização militar como uma das expressões máximas de masculinidade, emaranhamento de questões de gênero e engessamento de tarefas.

A pesquisa justifica-se do ponto de vista científico pela premência da produção de maior volume de material técnico que estabeleça correlação entre a psicodinâmica do trabalho e os atravessamentos subjetivos e culturais que as questões de gênero impõem às mulheres nas organizações. Observa-se que nos estudos já publicados em psicodinâmica do trabalho, o fator gênero e as complexidades inerentes a este recorte ainda são pouco levados em consideração, necessitando ser mais bem explorado. Nesse sentido, Antloga et al. (2020) aponta que “as publicações em Psicodinâmica do Trabalho evidenciam uma importante lacuna: poucas são as produções que destacam a questão de gênero no trabalho” (p. 2). Deste modo, espera-se também que a pesquisa aqui apresentada possa trazer uma contribuição social, a partir do momento em que intenciona lançar luz sobre esse grupo específico de mulheres que compõem de forma restrita a força de trabalho no EB, abrindo-se caminhos para futuras intervenções em termos de políticas públicas no setor e que beneficiem esta população.

Mulheres no Exército Brasileiro

Maria Quitéria de Jesus, baiana nascida em 1792, considerada heroína da Independência e recentemente nomeada como patrona do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro, foi a primeira mulher brasileira a estar em um pelotão militar mesmo que de forma extraoficial. À época, a entrada de soldados do sexo feminino era expressamente proibida nas forças armadas e, sendo assim, a combatente precisou se disfarçar de homem cortando os cabelos e se alistando com o nome de “Soldado Medeiros”. Após lutar nas guerras de independência do Brasil entre 1822 e 1823, Maria Quitéria recebeu

das mãos de Dom Pedro I a condecoração da Imperial Ordem do Cruzeiro, vindo a falecer no dia 21 de agosto de 1853 (Exército Brasileiro [EB], 2020).

No ano de 1866, Maria Francisca da Conceição, nordestina do estado de Pernambuco, usando dos mesmos artifícios que Maria Quitéria, partiu para a Guerra do Paraguai - maior confronto da América do Sul - após cortar o cabelo, colocar um boné na cabeça e pegar o uniforme do esposo, conseguindo assim acompanhar o pelotão do Exército de forma camuflada. “Maria Curupaity”, conforme foi apelidada posteriormente pelos seus companheiros de tropa, mostrou-se brava guerrilheira, destacando-se em seu pelotão, tendo sido descoberto seu disfarce somente após ter sido levada a um hospital de campanha, por consequência de um tiro no peito do qual foi vítima no campo na Batalha Curupaity. (EB, 2017): “Essa mulher se tivesse nascido na França ou na Alemanha, talvez figurasse em estátua na melhor praça de suas grandes cidades, mas no Brasil, nem de leve se tomou consideração o ato de seu espontâneo e magnífico desprendimento e bravura. (Pimentel, 1887)”.

Ademais, faz-se notar a importante história da enfermeira Anna Justina Ferreira Nery (1814-1880), popularmente conhecida como Anna Nery ou Ana Néri, que voluntariamente solicitou permissão para acompanhar as tropas brasileiras na Guerra do Paraguai, trabalhando nos hospitais militares de Assunção, Corrientes e Humaitá (EB, 2017).

Várias outras mulheres tais como Benta Pereira, Anna Alencar Araipe, Barbara Heliadora, Maria Ephigenia, entre outras, exerceram papéis de destaque nas fileiras do Exército Brasileiro de forma não oficial, antes que o ingresso feminino nas casernas fosse institucionalmente implantado (EB, 2017; 2020).

Somente em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, o Exército Brasileiro passou oficialmente a incorporar mulheres em seus quadros (EB, 2017; 2020). No citado ano, 73

enfermeiras puderam oficializar a entrada junto a Força Expedicionária Brasileira, servindo em hospitais diversos montados pelo exército dos Estados Unidos, legitimando-se as primeiras mulheres militares das forças armadas do Brasil (EB, 2017; 2020).

Buscando expandir a adesão feminina à instituição para além da ocupação das enfermeiras, a Escola de Administração do Exército (EsAEx), atualmente chamada de Escola de Formação Complementar do Exército, realizou concurso público para mulheres em 1992, objetivando o preenchimento de vagas para o Quadro Complementar de Oficiais, suprimindo necessidade de pessoal nas áreas técnicas e administrativas (EB, 2017).

Ainda restringindo o acesso feminino a algumas carreiras específicas dentro da instituição, em 1996 o Exército passou a instituir o Serviço Militar Feminino Voluntário (MFDV) em todas as Regiões Militares do país para profissionais dentistas, médicas, veterinárias, farmacêuticas e enfermeiras, incorporando um total de 290 mulheres para serviços afetos ao campo da saúde (EB, 2020).

Após 205 anos da criação do Instituto Militar de Engenharia (IME), órgão pertencente ao Exército e que por muitos anos foi a única instituição no Brasil na formação de engenheiros civis no país, foi realizado, em 1997, concurso público que possibilitou a matrícula da primeira turma de mulheres que passaram a fazer parte do Quadro de Engenheiros Militares (QEM). No mesmo ano, localizada na cidade do Rio de Janeiro, a Escola de Saúde do Exército (ESaEx), após processo seletivo, também matriculou a primeira turma de farmacêuticas, médicas, dentistas e veterinárias no denominado Quadro de Saúde do Exército, somente 75 anos após sua inauguração (EB, 2020).

Posteriormente, em 1998, mulheres jornalistas, arquitetas, contadoras, advogadas, administradoras, engenheiras, analistas de sistema etc., entraram na organização militar através do Estágio de Serviço Técnico de nível superior, somando um total de 519 profissionais do

sexo feminino (EB, 2020). No ano de 2001, a Escola de Saúde do Exército passou a receber inscrições de mulheres para processo seletivo relacionado ao preenchimento de vagas no Curso de Sargento de Saúde (EB, 2020).

Um grande marco no que tange à incorporação feminina e ao avanço na carreira de mulheres no EB ocorreu por meio da Lei nº 12.705, de 08 de agosto de 2012, promulgada pela então presidenta Dilma Rousseff, que, dispondo sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira, autorizou a entrada do sexo feminino na linha militar bélica de ensino da força terrestre. O normativo em questão possibilitou o ingresso em algumas posições combatentes dentro das academias militares, como por exemplo na tradicional Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), onde elas puderam ter acesso às armas de intendência e material bélico da instituição (Giannini, 2014). Em 2017, como consequência da Lei nº 12.705/2012, as primeiras mulheres puderam também ingressar na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX) (Júnior, 2018).

Atualmente, poucas militares do Exército Brasileiro conseguiram alcançar a patente de tenente-coronel, mas a enorme maioria delas segue na graduação de Sargento, Tenente, Capitão e Major. Apesar de não mais haver empecilhos legais para o ingresso do gênero feminino na caserna, ainda não é possível que as mulheres sejam designadas para trabalhar no Batalhão de Infantaria, ou seja, no combate em campo, e no Regimento de Cavalaria (Júnior, 2018). A Tabela 3 abaixo demonstra intensa discrepância na forma em que o Exército Brasileiro absorveu e integrou o gênero feminino em suas carreiras quando comparado ao segmento masculino.

Tabela 3: Número de mulheres por patente no Exército Brasileiro

POSTO/GRAD	FEMININO	MASCULINO
Gen Ex	0	20
Gen Div	0	56
Gen Bda	0	99
Cel	51	1.746
Ten Cel	175	1.830
Maj	371	2.897
Cap	536	4.730
1º Ten	2.407	6.383
2º Ten	1.951	3.920
Asp	774	1.823
S Ten	0	6.687
1º Sgt	44	6.732
2º Sgt	456	9.517
3º Sgt	5.675	16.617
Cb	126	27.110
Sd	0	105.796
Taifeiros	0	2
Cadetes	203	1.981
Aluno IME	39	287
Aluno EsSgt	244	1.723
Total parcial	13.052	202.088
Total geral	215.140	

Além do número ínfimo de mulheres quando comparado ao quantitativo masculino, o dado mais importante é que se verifica a presença de mulheres em cargos de menor prestígio. À medida que as patentes se mostram superiores, o número de mulheres que as ocupam vai se tornando cada vez menor. Atualmente nenhuma mulher ocupa qualquer cargo nos três mais altos postos da instituição, quais sejam General de Brigada, General de Divisão e General do Exército. A simples visualização da distribuição feminina na maior organização militar do país revela as diferenças na forma de se enxergar gênero na instituição, reflexo de como a sociedade brasileira permanece sexista.

Prazer e Sofrimento no Trabalho

Entendida como uma abordagem teórico-metodológica, a psicodinâmica do trabalho se coloca como ferramenta para o entendimento (e práxis) dos processos relacionados à saúde e patológicos do trabalho. É assim um arcabouço referencial que busca compreender a dinâmica de prazer e sofrimento à qual os sujeitos estão submetidos e implicados na vida

laboral, e as estratégias de defesa e mobilização de que os indivíduos e o coletivo lançam mão para lidar com as situações vividas no trabalho (Antloga, 2021). Conforme descreve Molinier (2003): “a subjetividade é o próprio objeto da Psicodinâmica do Trabalho” (p.44).

A citada teoria se engendrou e desenvolveu a partir dos estudos do médico francês Christophe Dejours (1980, 1987, 1994, 1999a, 1999b, 2001a, 2001b, 2004, 2012as, 2012b). O autor aponta que a organização é o ponto nodal para se analisar a dinâmica prazer e sofrimento laboral, sendo que é “constituída pelo conjunto de regras, normas, metas, prescrições, prazos, entre outros” (Antloga, 2021, p. 24). O trabalho não é neutro para a identidade dos sujeitos. A partir de sua organização, ele atua sobre a subjetividade dos trabalhadores. Nesse sentido, organizações do trabalho que restringem a liberdade e a autonomia de se criar e de se colocar subjetivamente no que se faz, podem causar sofrimento e levar as pessoas ao adoecimento mental. Não obstante, a possibilidade de engajamento dos trabalhadores com o fazer de seu ofício cria espaço para a criatividade e vias de subjetivação para os sujeitos, onde eles podem elaborar formas de ressignificação de conflitos internos, promovendo a regulação da vida psíquica e somática, fazendo com que o trabalho seja propulsor de equilíbrio, saúde, autorrealização e reconhecimento (Dejours, 1992; 2004; 2012a, & Dejours, Abdouchelli, & Jayet, 1994).

O trabalho, indiferentemente do tipo, é sempre fonte de sofrimento, pois ele nos confronta a todo momento com a falha inerente da castração e com o real (Dejours, 2004).

O mundo real resiste. Ele confronta o sujeito ao fracasso, de onde surge um sentimento de impotência, até mesmo de irritação, cólera ou ainda de decepção ou de esmorecimento. O real se apresenta ao sujeito por meio de um efeito surpresa desagradável, ou seja, de um modo afetivo (Dejours, 2004, p. 28).

Não obstante, a psicodinâmica do trabalho não percebe o sofrimento de forma unívoca, mas sim a partir de dois eixos que Dejours nomeou como *sofrimento criativo* e *sofrimento patogênico* (Molinier, 2013). Assim sendo, o sofrimento, de forma inevitável, se fará presente para aquele que trabalha, mas o endereçamento que se dará a este afeto poderá conduzir o sujeito que sofre diante do real do trabalho a lugares diferentes, onde “o destino do sofrimento criativo é de se transformar em prazer e em experiência estruturante. O destino do sofrimento patogênico é a doença que rompe quando as defesas deixam de desempenhar a sua função protetora” (Molinier, 2013, p. 76).

No que tange ao trabalho como palco para a possibilidade do sofrimento patogênico, os estudos em psicodinâmica inferem que uma organização do trabalho estereotipada e repressora da expressão da subjetividade do trabalhador, abre caminho para o desencadeamento do sofrimento patológico, da alienação e da descompensação psíquica (Dejours, 2012b). Conforme aponta Mendes (1994, 1995, 1996, 2004, 2007), o sofrimento patogênico acontece quando o sujeito se dá conta da impossibilidade de negociações efetivas e mudanças concretas na organização do trabalho. À vista disso, o sofrimento “começa quando o homem, no trabalho, já não pode fazer nenhuma modificação na sua tarefa no sentido de torná-la mais conforme às suas necessidades fisiológicas e seus desejos psicológicos – isso é, quando a relação homem-trabalho é bloqueada” (Dejours, 1980, p. 173).

Desta forma, uma organização do trabalho rígida na manutenção de tarefas prescritas, solidificada em termos de costumes que comprimem os sujeitos a se comportarem estritamente em acordo com as regras, sem espaço para a elaboração do sofrimento em criatividade e inteligências, torna-se um ambiente profícuo para o adoecimento dos sujeitos que para ela emprestam sua força de trabalho.

Trabalhar bem implica infringir as recomendações, os regulamentos, os processos, os códigos, as ordens de serviço, a organização prescrita. Ora, em numerosas situações de trabalho, o controle e a vigilância dos gestos, dos movimentos, dos modos operatórios e dos procedimentos, são rigorosos, se não severos. De sorte que a inteligência no trabalho está, constantemente, condenada à discrição, até mesmo à clandestinidade, particularmente quando se trata de tarefas que envolvam a segurança das pessoas, das instalações ou riscos para o meio ambiente e para as populações (Dejours, 2004, p. 30).

No que concerne ao trabalho como espaço elaborativo do sofrimento inerente, saindo da angústia oriunda da rigidez das prescrições, do autoritarismo da organização e transformando a dor em sofrimento criativo, tal transmutação se faz possível por meio de dois elementos: ressonância simbólica e o espaço público de discussão (Antloga & Souza, 2017).

A ressonância simbólica se dá pelas representações simbólicas dos trabalhadores, seus investimentos pulsionais e a realidade laborativa. O sujeito deseja estar em um ambiente ressonante que traga a ele o reconhecimento da organização, ou seja, que possa perceber que suas expectativas e desejos a níveis subjetivos são compreendidos e legitimados pela organização. Isso ocorre quando o sujeito vê sentido no seu trabalho, com base na sua história de vida. O espaço público de discussão é o reconhecimento, por parte do coletivo de trabalho, de criar um espaço no qual os sujeitos podem falar e seus sofrimentos podem ser escutados, no coletivo, mediado por um profissional. O sofrimento é compartilhado com seus iguais. O sujeito se sente acolhido e percebe que não está sozinho. O coletivo ganha força e os sujeitos integrantes são amparados, potencializando a transformação do sofrimento patogênico em criativo (Antloga & Souza, 2017, p.23)

Na tentativa de controlar os impactos da organização do trabalho em sua subjetividade e saúde, como forma de mediação entre se manter psiquicamente saudável ou padecer em sofrimento patogênico, os trabalhadores lançam mão de mecanismos individuais e estratégias coletivas de defesa, em um processo de manejo do eixo prazer-sofrimento, para lidarem com aspectos subjacentes ao trabalho. As estratégias de enfrentamento do sofrimento advindo da organização podem ser defensivas ou de mobilização subjetivas e agem como barreira impeditiva do adoecimento dos sujeitos. O trabalhador cai adoecido a partir do momento que tais estratégias falham e ainda quando não lhes são dadas oportunidades para mudar a organização do trabalho (Antloga & Mendes, 2009).

Nesse sentido, a teoria dejouriana concentrou-se de forma peculiar na tentativa de compreender não só o que adoce o trabalhador, mas, principalmente, como ele continua funcionando dentro de parâmetros de “normalidade” apesar das adversidades (Antloga & Souza, 2017; Molinier, 2013; Dejours, 1980; Dejours, Abdouchelli & Jayet, 1994).

A organização do trabalho por vezes é também campo para o aparecimento da sensação de medo entre os trabalhadores. Entretanto, mesmo que experimentado, poucas vezes aparece de forma direta e manifesta, pois está submerso, camuflado em meio a mecanismos e estratégias de defesa (Dejours, 1980).

Um fator determinante para que os trabalhadores possam obter prazer no trabalho é o reconhecimento, que ocupa um papel importante na construção e no enriquecimento da subjetividade, isto é, ser reconhecido pelo outro na vida laboral traz em si uma função de consolidação identitária (Moliner, 2013).

Ocorre que, como evidenciado por Antloga et al (2021), a construção da abordagem teórico metodológica da Psicodinâmica do Trabalho deixou de fora questões fundamentais referentes a gênero. É com a perspectiva de dar visibilidade a essas diferenças, bem como

compreender os aspectos psicodinâmicos da interseccionalidade entre ser mulher e trabalhadora que surge a psicodinâmica do trabalho feminino (Antloga et al, 2020).

A organização do trabalho, assim como o trabalho como categoria maior, não é independente do gênero da pessoa que trabalha. Sendo a organização do trabalho o ponto nodal para se analisar a dinâmica prazer e sofrimento laborativo (Antloga et al, 2020), é importante refletir sobre como esta se apresenta de maneira diferente para homens e mulheres. Por exemplo, regra geral, as mulheres têm um “trabalho antes do trabalho”, ou seja, antes de irem para seu ambiente de trabalho produtivo, já executaram um sem-número de atividades da esfera do trabalho reprodutivo, que também é trabalho e que é desconsiderado tanto pelas organizações quanto pela própria psicodinâmica do trabalho clássica.

Apresentado o panorama acima, diante de um contexto de pressões e violências simbólicas referentes a gênero vividas por mulheres no mundo produtivo, somado isto ao modo engessado e peculiar das organizações militares, qual o impacto do trabalho no EB na vida das trabalhadoras desta instituição? Fariam elas uso de mecanismos de defesa para suportarem um trabalho exacerbadamente normativo e machista? Há espaço e possibilidade de criação no trabalho militar feminino? É possível que sejam reconhecidas pelo que fazem em uma instituição que preza pela padronização, engessamento de tarefas e virilidade? São algumas das questões que, conforme o objetivo desta pesquisa, pretendeu-se responder.

Objetivo Geral

Objetivou-se, pela ótica da psicodinâmica do trabalho, investigar as vivências de prazer e sofrimento no trabalho bem como as estratégias de mediação de trabalhadoras do Exército Brasileiro, articulando com as especificidades do trabalho feminino.

Objetivos Específicos

1. Analisar o contexto de trabalho das mulheres militares do EB nas dimensões organização do trabalho, condições de trabalho e relações socioprofissionais;
2. Identificar quais são as estratégias de mediação individuais e/ou coletivas utilizadas pelas participantes da pesquisa;
3. Investigar quais são as vivências de prazer-sofrimento relacionadas ao contexto do trabalho no EB;

Método

A metodologia empregada para construção do trabalho foi a de pesquisa qualitativa, que segundo Creswell (2007), é aquela que busca entender um fenômeno específico em profundidade e, ao invés de dados estatísticos, regras e outras generalizações, trabalha com descrições, comparações e interpretações.

A análise dos dados apoiou-se no instrumental metodológico denominado Análise de Conteúdo Categorial Temática, que, segundo Bardin (1977), concretiza-se em um repertório de técnicas que pretendem analisar as comunicações “visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (p. 42).

Seguindo as orientações propostas por Bardin (1977), a Análise de Conteúdo a que foi submetido este trabalho dividiu-se em três tempos diferentes, sendo eles: (1) Pré-Análise dos dados coletados, (2) Exploração do Material Coletado, (3) Tratamento dos Resultados (inferência e interpretação). A pré-análise iniciou-se com a transcrição e o preparo do material que viria a ser analisado. Realizou-se ainda uma leitura “flutuante” dos dados visando uma percepção inicial e familiarizada do conteúdo do *corpus* coletado (Bardin, 1977;

Câmara, 2013). Posteriormente, procedeu-se com o processo de definição das unidades de registro (temas), por meio do critério de recorrência, em que os temas mais frequentes foram contabilizados e separados em categorias.

O material foi submetido a duas juízas a fim de se definir as categorias e evitar subjetivismos por parte do pesquisador, além de trazer o olhar a partir da perspectiva feminina sobre os dados. A análise de conteúdo findou-se com a obtenção dos resultados, os quais foram tratados fazendo-se uso da inferência e da interpretação fundamentadas no corpo teórico da Psicodinâmica do Trabalho.

Participantes

Uma amostra de 6 (seis) Sargentos e 1 (uma) Tenente do Exército Brasileiro, do sexo feminino, nível superior, com idade entre 30 e 45 anos, mais de 2 anos de exercício militar, lotadas no Comando do Exército – Quartel General Forte de Caxias (QGEx), em Brasília-DF.

A seleção da amostragem deu-se de forma aleatória. Inicialmente foi acionada e convidada a participar da pesquisa uma militar anteriormente já conhecida do autor da pesquisa. A militar em questão passou a divulgar a pesquisa entre integrantes do QGEx e indicou mais 10 mulheres que se interessaram voluntariamente em fazer parte do estudo. Nesse sentido, a amostra caracterizou-se por conveniência e participação voluntária (Moore, 2011).

Faz-se importante informar que a pesquisa inicialmente visava a uma amostragem mais ampla. Entretanto, ocorreu certa dificuldade na captação de participantes haja vista muitas mulheres com as quais conversei sobre a possibilidade de entrevista se recusaram alegando medo de serem punidas. Mesmo após envio do Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido informando sobre questões referentes à ética e sigilo no tratamento dos dados, outras várias participantes com as quais entrei em contato (por indicação das militares que consegui entrevistar) não se interessaram a fazer parte da amostra relatando sempre o medo de serem identificadas. Durante conversa com estas mulheres, me foi relatado que um grupo de pesquisa da Universidade de Brasília (sem maiores detalhes) realizou trabalho de aspecto semelhante e que um relatório foi enviado ao comando do Exército. Apesar do relatório não conter identificação nominal das participantes, algumas militares foram identificadas e indiretamente punidas pela organização militar.

Instrumento de coleta de dados

1) Questionário Sociodemográfico: tal ferramenta teve a finalidade de levantar dados relacionados ao perfil social de cada integrante da amostra;

2) Entrevistas semiestruturadas abertas individuais: as entrevistas foram realizadas objetivando apreender a percepção das mulheres sobre o trabalho militar e o entrelaçamento das questões de gênero neste ambiente. Ainda, as questões propostas pelo entrevistador buscaram abarcar conteúdo que se relaciona com os objetivos específicos anteriormente apresentados.

Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas com a autorização das participantes.

Procedimento de coleta de dados:

1) Selecionada a amostragem e utilizando-se da autorização de pesquisa pelo Comitê de Ética, realizou-se um encontro virtual com todas as participantes da amostra, por meio da ferramenta Teams, onde após apresentação do projeto de pesquisa para as participantes, realizou-se a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, abrindo-se espaço para perguntas e sanando as dúvidas que surgiram.

2) Encaminhou-se para as participantes, via e-mail, o Questionário sociodemográfico e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para preenchimento. Todas as participantes foram orientadas no sentido de que após preenchidos e assinados, os formulários deveriam ser digitalizados e encaminhados para o entrevistador via e-mail para serem arquivados.

3) Em acordo com as datas agendadas com a amostra, as entrevistas foram realizadas entre os dias 4 (quatro) de agosto a 9 (nove) de setembro de 2022.

Resultados

A partir da extração dos dados coletados nas entrevistas com a amostra e por meio da análise de conteúdo na forma anteriormente descrita, os resultados serão apresentados dividindo-se nos seguintes eixos temáticos: Contexto de trabalho, estratégias de mediação e defesa, vivências de prazer e sofrimento no trabalho.

Contexto de trabalho

Ao se falar em contexto de trabalho, o que se busca na análise de dados é trazer à tona o que aparece como latente em termos de percepção da amostra sobre organização do trabalho, condições de trabalho e relações socioprofissionais.

Há no fazer laboral uma série de emaranhamentos éticos e políticos formal e informalmente construídos, ditos e não ditos, que costuram o tecido organizacional no qual os trabalhadores estarão sujeitos e precisarão manejar durante o tempo em que colocam sua força de trabalho à disposição de determinada instituição. Nesta complexa colcha de retalhos estão postas regras tácitas, regras de ofício, acordos normativos, coletivo de regras e regras sociais legitimadas pelos trabalhadores e, todos estes componentes, influenciarão na forma em que os indivíduos e o coletivo de trabalhadores se colocarão profissionalmente e subjetivamente ante a organização, as condições do trabalho e nas relações socioprofissionais (Molinier, 2013).

Verificou-se neste estudo que há uma percepção bastante condensada da amostra das trabalhadoras militares do Exército Brasileiro sobre um contexto de trabalho exacerbado em pressões haja vista o caráter próprio das instituições militares, as quais são amplamente reconhecidas como espaços de intensas demandas e de constante rigidez na forma de se requerer e cobrar o cumprimento daquelas. Entretanto, notou-se que não é possível a generalização quanto a tais questões pois há, mesmo que em minoria, respostas divergentes. Ainda, pelas respostas a perguntas que remetem ao eixo contexto de trabalho no que tange a diferenças de tratamento por serem mulheres, não há uma percepção homogênea da amostra no sentido de que elas seriam tratadas diferentemente dos homens. Ficou demonstrado que há uma ambivalência quanto a essa percepção de tratamento diferenciado em relação aos homens entre o eixo contexto de trabalho e nas categorias de mecanismos de defesa apuradas.

Abaixo serão destacadas algumas falas das entrevistadas que remetem a perguntas que foram feitas objetivando acessar a ótica das militares quanto à organização, contexto e condições do trabalho.

Militar 05: A gente é jogada pra lá e pra cá o tempo inteiro. Eu mesma eu fiquei um tempo segurando a barra da sessão em todas as áreas, né? Foi a pior parte da vida. Foi, foram quase três meses que eu pensei que eu não ia aguentar(...) era muita demanda. É muita demanda e muita pressão. É um trabalho assim... era muita pressão. (...) vou

ao banheiro...e... eu vou só sempre resolvendo coisas, sempre resolvendo coisa. Cabeça sempre muito ocupada, sempre muito, sabe? O tempo inteiro. Geralmente não me deixam. (...) já fiquei lá fora do meu horário. Só que eu prometi pra mim mesma que eu não ia mais fazer isso. Só que assim, não depende de mim, eu não quero. Né? mais...Porque se um coronel pedir pra que eu fique, eu tenho que ficar. (...) a gente ainda tem que... a gente fica virado à noite quando ta de serviço e ainda volta pra sessão.

Entrevistador: E quando isso é demandado de você, pra você ficar mais ou que você já tenha levado trabalho pra casa.... Você não pode recusar?

Militar 05: Não. De jeito nenhum.

Entrevistador: Por quê? O que acontece se você recusar?

Militar 05: Uai. É um tipo de ofensa né? Pra eles. Porquê qualquer superior é a quem eu respondo tudo né?

Entrevistador: Entendi.

Militar 05: então assim... é... falou que tem que fazer, tem que levar pra casa, não tem muito o que negociar não... no QG eles são tratados... General e alguns coronéis são tratados como rei. Né? E é isso que eu vejo assim. Eu nunca, nunca tinha visto isso no meio civil. Não existe isso no meio civil.

...

Militar 04: Pausas? Tinha, mas no trabalho, na diretoria X (local omitido), as pausas eram.... Por exemplo, eu quero ir no banheiro, eu quero beber água, eu tenho 1 hora do almoço, é reunião que o chefe quer fazer com a equipe, né? Então eu tinha, eu tenho e eu tinha essas pausas. Mas dependendo também de onde estou aí eu tenho que pedir permissão (...)

Entrevistador: Certo, mas e aí, quando aparece uma necessidade fisiológica, por exemplo, ou, enfim, qualquer necessidade sua de fazer pausa, como você faz?

Militar 04: Aí as vezes aí eu tenho que pedir permissão para sair em forma e falar com o mais antigo que estiver comandando, explicar para ele qual a minha necessidade. Mas sempre é atendida. No caso de ter necessidade fisiológica e ao banheiro, coisas tipo tomar água, coisas do tipo sempre. (...) Mas essa semana, por exemplo, a maioria das vezes nós somos atendidas, porém essa semana que eu estava no campo eu estava com muito frio a nível de ter uma hipotermia e eu pedi pra poder trocar de roupa porque a roupa estava molhada. Aí pedi ao comando para ir trocar e ele disse: você não aguenta mais um pouquinho, não? Às vezes eles fazem assim, não que ele diz não, mas ele fala assim, entende? Com a mulher, ele fala, você aguenta mais um pouco? Segura mais um pouquinho, já tá acabando, entendeu?

Entrevistador: Entendi. E você percebe alguma diferença, de modo geral, não só no seu trabalho específico. Mas de modo geral, você percebe alguma diferença no tratamento oferecido a homens e mulheres no exército? Já percebeu algo nesse sentido?

Militar 04: Sim, eu acho que com as mulheres, eles têm um jeito mais gentil de falar. De falar de agir. (...) com a mulher eu acho que eles são mais gentis, mais... acham que somos mais delicadas né? Tem um contato diferenciado, tratamento melhorado, é, isso aí.

...

Entrevistador: E tinha algum tratamento diferenciado entre mulheres e homens?

Militar 06: Não, não achei, não. Porque a mesma coisa que a gente fazia, os meninos faziam lá.

...

Entrevistador: Certo. Então tem uma diferença, mas seria uma diferença positiva, né?

Militar 07: Isso. Parece que tem um cuidado ao falar assim comigo. A experiência foi positiva.

No que tange às condições de trabalho, chama a atenção respostas da maioria das entrevistadas que dizem respeito à falta de liberdade quanto a atividades ordinárias, mas principalmente quanto à inexistência de autonomia para a realização do trabalho conforme elas acreditam ser a forma mais adequada, efetiva e otimizada, devido ao fato da organização ser intensamente verticalizada na forma de gerir seus processos.

Entrevistador: E essa forma de trabalho, a forma que você executa tem uma forma padronizada de se fazer? ou você pode fazer da forma que você quiser, no sentido de você pode perceber que tem uma forma melhor?

Militar 01: Aí, nesse caso, é a gente faz e vai para o chefe, né, imediato e aí ele vai levar pro chefe geral que a gente chama de ordenador de despesa, né? Que é o dono dos contratos, que é quem paga as faturas assim no contrato e leva pra ele, né? Se ele acatar, ótimo. Se não aí o processo volta. (...) mas é assim eles que decidem mesmo se tá bom e o melhor jeito.

Militar 02: Lá a gente é assim é, nunca, nunca vai ter uma autonomia. O trabalho que você faz sempre passa por alguém.

Entrevistador: Entendi. Mas o jeito de você fazer tem um... eles te dão um manual de como você deve fazer seu trabalho, ou você consegue fazer do seu jeito?

Militar 02: Alguma das vezes é eu faço do meu jeito e mostro para o meu chefe. Se ele fala que precisa melhorar, aí eu melhora. Geralmente ele sempre fala pra melhorar, né? Sempre!

Entrevistador: Isso acontece com frequência?

Militar 02: Isso, com frequência.

Contudo, mesmo a maioria das respostas apontando para o engessamento das condições de trabalho, também não é possível a generalização de tais percepções, pois algumas militares relatam que, em determinadas situações, principalmente a depender do tipo de chefia, são possíveis negociações e considerável liberdade no exercício das tarefas.

Entrevistador: Existe uma autonomia para você realizar seu trabalho da forma que você acha mais adequada?

Militar 04: Eu acho que depende muito da chefia. (...) Você primeiro tem que chegar a mostrar o seu trabalho, fazer do jeito que já está padronizado ali, se adequar a rotina que já está pré-estabelecida naquele ambiente, para aos poucos as pessoas irem te conhecendo e possibilitar que você dê opiniões.

...

Entrevistador: Certo, no seu trabalho, na forma de executar o seu trabalho você tem autonomia?

Militar 07: Sim, tenho.

Entrevistador: Entendi. E você se sente reconhecida, valorizada no trabalho?

Militar 07: Sim, me sinto sim.

Entrevistador: E esse reconhecimento se dá como?

Militar 07: Principalmente pelos meus alunos, né? Que até então é com eles que eu tenho mais esse contato, né? Durante todo o dia e o reconhecimento é ver eles crescendo, né? Evoluindo e ao final, é como eles verbalizam, como eles falam.

No eixo contexto de trabalho, certamente o ponto mais complexo se desenrola quando o tema toca nas relações socioprofissionais entre as trabalhadoras e colegas de trabalho ou superiores hierárquicos do sexo masculino. O tema torna-se delicado pois faz emergir nas entrevistadas questões relacionadas a discriminações de gênero nas mais variadas formas, além de assédio moral e sexual sofrido no ambiente organizacional.

Militar 02: Eles pegam mais pesado com as mulheres, né, claro! Porque é para a gente desistir do curso. Então, tanto para homens quanto para mulheres tem um trabalho psicológico. Mas o que eles fazem com as mulheres são maiores. (...) como eu falo?... o exército, como falo assim?... o exército não foi feito para mulheres, é basicamente isso...

Entrevistador: Entendi. Você acha que o trabalho é mais pesado. Você acha que tem esse objetivo de fazer com que vocês desistam?

Militar 02: Na verdade, assim, é o que é feito com homem no sentido de peso, não é? Estou falando agora de peso, a gente carrega a mochila igual os homens, só que no que bagunça o psicológico as mulheres são bem mais massacradas. Toda hora eles falam pra mulher: você não vai conseguir! Você não vai conseguir, você não vai fazer isso, você não vai fazer aquilo! Pra desistir. E quando tem mais mulheres do que homens, aí que eles pegam mais em cima ainda.

Entrevistador: Tá, e essas verbalizações que eles falavam com vocês, não aconteciam com homens ou acontecia menos?

Militar 02: Acontecia menos. Acontecia com o com os homens também, mas menos.

Entrevistador: E aí, como que você?... Lembrando lá do curso de formação um pouco, como que você lidava com isso também? Você se comportava de que forma?

Militar 02: Era complicado. Eu ia fazendo o que via as meninas fazendo também que era fechar a cara, fingir marra. Mas também tem momento que eu achava que era normal, né? Porque eu falava: é por isso que eu tenho que passar. É. Sabe aquela coisa assim de pensar que é normal. Se eu estou no exército, é normal aí. Assim, observando hoje a realidade de como foi feito comigo e com as outras pessoas comigo, né? E com as outras meninas e com outras pessoas, eu vejo que não foi tão normal assim, né?

Entrevistador: O que você chama de normal e não normal? Como assim... tenta explicar um pouquinho melhor.

Militar 02: Vou tentar explicar... É que quando a gente pensa no exército, eu acho que qualquer menino de 18 anos que tá entrando, sabe que é bem...É aquela coisa assim é bem sacrificante, eles vão fazer aquele curso de formação como a gente faz. É, então é normal na minha cabeça, era normal eles ficarem pressionando para a gente pedir para sair ou falar que não tá aguentando. Eles queriam ver a gente como se fosse humilhados, então na minha cabeça aquilo era normal.

Só que observando a quantidade de, vamos dizer a quantidade de meninas na formação e a quantidade de homens e o trato deles com a gente. Eles ficavam mais em cima das mulheres do que os homens. Eles faziam sim com os homens, só que a maior parte foram com as mulheres.

Entrevistador: Entendi. E como que você se sentia com isso?

Militar 02: É na... Naquele momento eu achava que era normal. É como falei a gente fechava na marra a cara e fingia que tava de boa, pra parecer que era igual aos caras lá, os homens, né? A gente botava uma cara marrenta, feia e uma armadura de durona pra dar conta.

Entrevistador: Unhun. Entendi. E aí, já passado o curso de formação, logo que você foi para o trabalho de campo e até hoje mesmo, teve alguma dificuldade que você acha que enfrentou só pelo fato de ser mulher?

Militar 02: Não estou me recordando, eu tenho que... pensar um pouco, porque foram, foram algumas situações que eu passo e que na hora eu sabe, não dou tanta importância, mas depois que eu chego em casa eu fico parando, parando, pensando, aí eu falo: nossa, isso não é normal, não é. isso não é não, não tinha que ter acontecido isso! Mas lá na hora H mesmo a gente já está tão acostumada que a gente vai ficando indiferente né? A gente nem liga na hora para as coisas as vezes, só em casa que tem hora que cai a ficha.

...

Militar 05: Tive uma sessão que eu tinha que ir pra conversar com o coronel e tudo. Pois ele começou a me assediar. As vezes na frente de todo mundo(...).

Estratégias/Mecanismos de Defesa/Mediação

O estudo demonstrou que as mulheres militares do EB, para lidarem com a rigidez da organização, o engessamento das tarefas, o pouco espaço criativo para transgressão com o prescrito e as diversas violências de gênero que o campo militar lhes constrange, fazem uso de um arsenal de estratégias de defesa na tentativa de manejarem e escamotearem o sofrimento a elas imposto. A seguir, serão explicitadas 3 (três) categorias entendidas como os principais mecanismos defensivos dos quais as trabalhadoras lançam mão frente à organização e o real do trabalho militar.

Categoria 1 – Ativismo/profissionalização exacerbada, “mostrar que pode”

Esta categoria extraída da análise de dados aponta para o fato de que mulheres militares do EB definem-se como bastante preocupadas em demonstrarem profissionalismo a todo momento, seja muitas vezes levando trabalho para casa, se inscrevendo frequentemente em cursos de aprimoramento de conhecimentos utilizáveis no trabalho, perfeccionismo no desempenho de suas atribuições etc. Há uma constante necessidade de se mostrarem aptas e eficientes no trabalho em uma dinâmica de competição com o segmento masculino ou, neste caso, de tentativa de equiparação ou demonstração de habilidades tão satisfatórias quanto as masculinas.

Militar 01: Eu me esforço, sempre estudei muito, quando cheguei lá então eu estudava muito mesmo pra igualar minha competência porque já tinham me dito que lá tem pouca mulher, né? Então as vezes passa na cabeça deles que tem menos porque a gente não dá conta do serviço. Eu queria, quis, assim eu sempre estudei muito pra mostrar que não... que eu posso fazer igual a eles.
(...)Olha, eu, eu já cheguei ao ponto de trabalhar um pouco mais que, vamos dizer assim que os colegas do segmento masculino, não é? E aí eu percebi também, assim, que as mulheres, acho que no geral são mais dedicadas. Acho que precisam ser porque estão no meio de tanto homem que a gente se sente menor mesmo e aí tem que trabalhar mais, estudar mais para aparecer né? E aí eu acho que quando um superior,

alguém ali percebe que a pessoa está realmente dedicada, aí ela começa a demandar mais, né?

Entrevistador: E por que que você acha que tem essa dedicação a mais das mulheres? Por que as mulheres seriam mais dedicadas?

Militar 01: Eu acho que justamente para mostrar que são profissionais, sabe? que não é só é... não é só para estar ali para estar dando equilibrada no ambiente, né? Eu acho que há uma tentativa de mostrar assim. Que são militares tanto quanto os homens e o segmento masculino. Pra não serem vistas menores e não sentirem também que ficam devendo algo... ela... a gente dedica mais né? E aí eu vejo que... quanto mais a mulher mostra a cara profissional dela, mais ela vai ganhando respeito, né?

...

Militar 02: (...)então teoricamente, dentro do exército, a qualificação maior é das mulheres, elas fazem mais cursos até pra competir melhor com tanto homem, né?.

...

Militar 04: (...)como eu disse as meninas, a gente conversa entre a gente que é bom sempre a gente fazer até a mais do que pedem pra poder eles verem a gente igual aos caras lá... que somos iguais. Então eu sempre fiz muito(...).

Categoria 2 – Seriedade, “comportamento firme”, “outra pessoa lá dentro”

O que vem a ser chamado de comportamento “*sério*”, “*não dar liberdade*”, “*firmeza*” pelas participantes da pesquisa demonstra uma estratégia defensiva das militares contra aspectos do trabalho relacionados à discriminação de gênero sofrida por elas naquele ambiente e aspectos relacionados a violências simbólicas de gênero, também incluindo assédio moral e sexual. Ao relatarem que muitas vezes passaram por situações de constrangimento e diminuição por serem mulheres na organização, a amostra de participantes descreve que, principalmente após o curso de formação, aprenderam a se comportar de forma mais séria com os colegas de trabalho, a fim de que eles entendessem que elas “*não dão abertura*” para o que eles muitas vezes denominam como brincadeiras, mas que as mulheres percebem e sentem como violência discriminatória.

Militar 07: a gente quer ser igual eles também né? Quando a gente entrou lá já falaram que a gente seria tratado igual homem, sem frescura então a gente aceitou porque quis, né? (...) cabe a nós mulheres e vai da consciência né? De se você achar que deve tomar um remedinho, né? Pra não menstruar ou talvez.... Não sei, mas era igual para todo mundo. Recebia xingamento e a gente ficava parada com a cara fechada igual homem, porque se eles ver que você tá com cara de sofrida eles caem em cima, então as mulheres lá agia igual homem mesmo de toda hora.

...

Militar 02: Na verdade, assim, a gente faz é demonstrar firmeza lá, sem ficar de frescura primeiro pra não zombarem da gente e segundo pra não dar espaço pra outras coisas também né.

...

Militar 05: Assim é do jeito que falei já, que fora do exército eu sou outra pessoa.

Entrevistador: Certo. Lá você meio que assim tem que se comportar de outro jeito pela questão do assédio, é isso?

Militar 05: Sim, sim, sim... eu sou totalmente discreta lá. Por mais que as vezes dá pra até fazer uma gracinha com as pessoas que você tem mais afinidade, mas aquela gracinha mais reservada ali e tudo... e logo, logo se mantém a postura denovo pra não dar brecha.

Categoria 3 – Indiferença, se acostumar, “*não ligar para as coisas lá*”

Tentativas de se mostrarem indiferentes é também outro aspecto encontrado no discurso das mulheres que participaram deste estudo, uma outra maneira evidenciada pelas trabalhadoras militares para se defenderem da violência de gênero e assédio que tiveram que lidar durante o curso de formação na caserna e ainda presenciam de forma insistente no trabalho na instituição militar. “*Não ligar*” para certas atitudes e comentários ouvidos durante o expediente de trabalho é uma saída firmada num comportamento de indiferença em relação à discriminação de gênero e por vezes o assédio, assim como a falta de espaço para a criatividade no trabalho.

Militar 05: Hoje eu não sofro mais porque eu vou deixando pra lá, ignoro certas coisas. (...)Pedi a Deus, fiz minhas orações, no outro dia parece que não tinha nada acontecido. Que eu não sou de desistir. Eu vou enfrentar. Eu fui. Depois disso eu não derramei mais choro.

...

Militar 03: Eu acho... na verdade assim tem umas coisas que não, não quero, não fico... não sinto vontade a vontade pra falar aqui não, mesmo confiando que...

Entrevistador: Claro. Tudo ok, não é para te pressionar não. Desculpa, fala só o que você quiser mesmo, tá bom?

Militar 03: É coisa além de tudo de também assédio moral e sexual, por ser solteira, por não ter filhos.

Entrevistador: Entendi. Sem entrar em maiores detalhes nessas questões, mas pode só me dizer como se sente em relação a essas coisas?

Militar 03: Com raiva.

Entrevistador: E como fez para lidar e ainda lida com essas coisas?

Militar 03: Ah eu sei que o problema está na chefia e não em mim, sabe? Aí tento não levar para o pessoal, não tenho direito a resposta, finjo demência. Finjo que não é comigo, vou relevando, deixando passar e seguindo como se não tivesse percebendo. E já estou acostumada também, nem me atinge mais tanto.

Prazer-Sofrimento

Da análise dos dados amostrais, identifica-se que o sofrimento advindo do trabalho militar feminino tem sua origem em dois principais pontos: as relações socioprofissionais emaranhadas em discriminações de gênero, machismo e sexismo e a dificuldade de lidar com um trabalho altamente enrijecido em regras e prescrições, deixando espaços quase que nulos para o exercício da autonomia e criatividade das trabalhadoras. Ainda, a falta de reconhecimento e a pressão psicológica exercida por tal ambiente tem potencial para desencadear nas trabalhadoras processos de estresse e adoecimento mental, conforme relatado por integrantes da amostra.

Militar 05: No segundo dia de curso de formação eu cheguei aos prantos em casa. Soluçando. Minha tia, minha irmã, com pena, falou: Você não precisa ir. Mas eu fui, é muita humilhação.

Entrevistador: Como você acha que esse trabalho afetou e tem afetado sua vida de modo geral, na sua saúde, na sua relação no trabalho ou até fora do trabalho?

Militar 05: Como? Olha eu vou te dizer eu peguei covid porque eu tive uma baixa de imunidade logo que eu cheguei. Eu estava muito mal emocionalmente estando lá devido ao trabalho e peguei o covid. Até hoje tudo que eu estou aqui tossindo eu não posso pegar um vento, eu não posso, eu tive sequelas, eu estou tratando as minhas sequelas até hoje, tudo por conta do emocional. Eu não tenho imunidade.

Entrevistador: Então acha que afeta a sua vida inclusive na saúde física e saúde psicológica, porque você disse que teve que fazer tratamento psicológico, faz tratamento psicológico, psiquiátrico.

Militar 05: Sim, impactou porque é como eu te falei eu... é muito tenso é um ambiente muito tenso a gente é muito humilhada. É humilhante demais nossa(...) tive que ir no psiquiatra e psicóloga pra tentar manter meu... meu equilíbrio emocional dentro do exército E eu vou te dizer, há uns mais ou menos quinze dias atrás eu tive uma crise também de ansiedade e chateação eu falei aqui em casa se eu não conseguir passar pra oficial e sair do meu, do meu setor, eu não vou suportar o exército mais. Tem muita coisa, tem muita coisa. E outra coisa que eu quero deixar bem claro pra você. Eu estou lá por conta do salário. É isso que eu quero.

...

Militar 02: É como se a gente tivesse... como se eu tivesse sido, é, menosprezada, é... porque o homem pode e a gente não? Uma das explicações também é que a mulher é muito fresca, não pode ver um bichinho que fica com medo. Entendeu? É... todos falam em tom de brincadeira sempre, né? Porque se falar sério é... como se fosse um, fosse um assédio moral. Mesmo assim, eu não gosto. Quando ouvi essas coisas me senti ofendida, como se eu não fosse capaz de fazer a mesma missão que o homem faz.

...

Militar 03: (...)eu vejo que eu tenho dormido menos, estou mais estressada e indisposta... e também que, tem o negócio que tive... eu na minha saúde tive um problema, se você ver meu cabelo é bem ralo, caiu muito, não lembro o nome da doença mas eu acho que é por causa de tanto estresse lá. Acho aí que eu sou, que... que mudei muito, afetou isso minha saúde isso.

...

Militar 01: Tem umas coisas do curso de formação que é inesquecível, né? Mas...É, eu ouvi coisas do tipo, até com uma colega, ela falava: eu estou sentindo dor. Aí a pessoa falava: Para de ser mulherzinha! Tipo assim, para de ser mulherzinha, coloca uma carcaça e tal e faz igual homem. Eu falei assim: uai, gente, pirou, né? Pra falar assim, pirou, porque nós somos mulheres ué.

No que concerne ao prazer/satisfação obtido pelas trabalhadoras em suas atividades, a amostra foi quase unânime ao relatar que a experiência de superação dos obstáculos enfrentados diante da organização do trabalho proporciona prazer, alegria e autorreconhecimento pelo triunfo de conseguir estar em um ambiente tão desafiador para mulheres como o EB. Verifica-se um contentamento alcançado pela dinâmica de frequentar um espaço que é reconhecidamente dominado por homens e que a passos lentos, mas contínuos, passa a incorporar a força de trabalho feminina, fazendo com que elas se sintam “fortes”.

Militar 01: É, eu nunca pensei que fosse capaz um dia na minha vida de ir para a selva, ficar sem tomar banho, né? Já começa por aí. Sem você tomar banho. Sem comer, né? Sem ir no banheiro. Passar por por todas aquelas instruções de sobrevivência. E eu até achava que eu não ia me adaptar, mas porque todo mundo falava, né, dessa formalidade, rigidez deles. (...) eu estou até uma pessoa mais resistente de diversas coisas. Apesar de uma pessoa sensível também, mas eu me tornei uma pessoa mais resistente. Eu acho que quando eu entrei lá eu tinha medo. Principalmente de levar bronca lá, porque tem também muita grosseria.

...

Militar 05: Assim, eu acho muito bonito quando eu coloco a minha farda e falo caraca tudo que eu passei... tiro serviço sabe? Chego da sessão estou cansada chego em casa descanso quando dá no outro dia estou lá de novo, é vinte e quatro horas de serviço e tudo. Isso eu acho isso muito forte. Eu acho isso bonito. Mas eu acho bonito a minha força. Né? Isso é legal eu fico feliz de ver minha força passando por essas coisas, tendo passado e ainda passando as vezes. Isso realmente me deixa feliz, ver que eu e as meninas, mulher apesar de tudo que passa lá consegue se manter e mostrar serviço pra eles.

...

Militar 07: Eu gosto do que eu faço. Aí é legal fazer esse trabalho num lugar assim igual lá que é cheio de homem e saber também, né? Saber que enfrentei o curso, as dificuldades igual eles, passei apertos igual homem mesmo, isso dá satisfação também. Naquela época, de ter passado por essas coisas.

Discussão dos Resultados

De acordo com Rosa & Brito (2010), em toda organização militar verifica-se uma pedagogia do corpo na formação dos militares: “de forma homóloga à formação do atleta no campo esportivo, os militares, em certa medida, aprendem a usar o corpo seguindo uma lógica performática, que estaria no cerne de um bom desempenho das atividades militares, tornando este corpo uma arma” (p. 200). Os trechos retirados da *Cartilha 2 - Valores e Ética Profissional Militar*, disponibilizada pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército - DPHCEX (2018), exemplificam a descrição acima quando informam que:

A carreira militar não é uma atividade inespecífica e descartável, um simples emprego, uma ocupação. *É um ofício absorvente e exclusivista, que nos condiciona e autolimita até o fim.* Ela não nos exige as horas de trabalho da lei, mas todas as horas da vida, nos impondo também nossos destinos. *A farda não é uma veste, que se despe com facilidade e até com indiferença, mas uma outra pele, que adere à própria alma, irreversivelmente, para sempre* (Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército [DPHCEX], 2018, p. 9).

Ainda:

As diretrizes de conduta dos militares não se encontram circunscritas especificamente em um único documento formal. Elas se espalham em um leque de abrangências, que vai desde a própria Constituição do Brasil, na qual se configura a destinação do Exército, até os regulamentos, planos de instrução e diretrizes (...) dever - é o cumprir a legislação, obediência à autoridade, determinação no cumprimento das tarefas(...) rusticidade: capacidade de adaptar-se a situações de restrição e/ou privação, mantendo a eficiência (DPHCEX, 2018, pp. 8 e 11 e 18).

Conforme verificado nos resultados desta pesquisa, a organização do trabalho no EB, por ser pautada na rigidez de condutas, padronização exacerbada, exigente no cumprimento de tarefas em acordo com prescrições e pouco espaço para a criatividade no trabalho, tende à insatisfação dos trabalhadores. No caso de mulheres militares, tais fatores se somam ainda a questões relacionadas à violência de gênero e a falta de reconhecimento no trabalho, podendo levar as trabalhadoras ao adoecimento psíquico.

Verificou-se em diversos âmbitos da organização, tanto em termos de contexto, condições de trabalho e relações socioprofissionais, que o segmento feminino, mesmo que de forma não unânime, em sua maioria percebe a instituição como machista e negativamente diferenciada no tratamento oferecido a homens e mulheres.

Militar 05: (...)mas eles não tem respeito. Alguns não tem respeito. Falam mal de mulher, falam isso... que pode como eu falei pra você, pegar geral, que mulher tem que dar moral pra eles, principalmente as temporárias.

...

Militar 03: Assim, mas eu falo por mim e pelo que eu ouço também, sabe? que lá... porque nós, ah sei lá... assim, o exército é uma força predominante masculina, o segmento feminino está crescendo bastante mais ainda assim somos em minoria lá que... várias vezes somos tratadas diferentes por ser mulher e até falo diminuídas ou que... acho que eu julgo assim que desacreditadas. Mulher lá... nós temos que demonstrar constantemente que somos além de mulheres profissionais. (...)o grupo lá de amigas que a gente criou, fez desde que entrou na época dos cursos, no... na... ao lado mesmo lado a lado quando era o treinamento na formação a gente se juntou,

mulher que eu digo de grupo de whatsapp que viramos amigas. Assim, a gente conversa muito que exército é dos homens e tudo pra eles é fácil, tudo que eles... qualquer coisa pra segmento masculino é fácil. (...) pra mulher tem que suar. As mulheres, até a gente estava falando isso no grupo ontem porque aconteceu umas coisas, mas assim, o que eu falo, que acho, também elas acham todo mundo acha... mulheres né lá do grupo... acham que mulher tem que batalhar muito mais que homem.

...

Militar 05: Olha só... teve um trabalho em grupo que é um trabalho na parte de... ai gente como fala... Missão! Era uma missão... eu, nós dois, eu dei uma sugestão pra ele como a gente poderia fazer e ele não aceitou a minha sugestão... não sei porquê... eu não sei se porque eu era uma mulher. Então é bem quadrado mesmo. Você não pode inventar nada, criar nada. De jeito nenhum.

...

Militar 01: (...)eu até também já tentei entender essa lógica porque... porque, pelo regulamento, nós somos todos militares e tem que tratar igualmente não é. Mas, por exemplo, tem coronel que já falou pra mim, oficial superior falou que morre de vergonha de falar um palavrão na frente de uma mulher, né? Ele falou que eles mudam de postura, que depois que mulheres chegaram aqui mudaram.

Militar 01: Às vezes a pessoa não vê, é. Os resultados às vezes, não sabe nem de onde saiu o resultado dos processos. E aí eu falo assim né? Que a gente deveria ser mais valorizada por conta da, das nossas demandas.

Levando-se em conta que conforme aponta a literatura a instituição militar é permeada pela supervalorização do trabalho prescrito, pune os indivíduos que tendem a manipular as normas impostas pela organização quanto ao cumprimento estrito de suas atividades e cultua a virilidade e a masculinidade (Almeida, 2012), esta pesquisa reafirmou, por meio da análise dos dados, que existe neste campo de trabalho, principalmente para as mulheres, uma certa dificuldade quanto ao reconhecimento -que se dá por meio da ressonância simbólica-, o qual a teoria dejouriana pressupõe ser base para o prazer do sujeito em sua relação com o trabalho.

De acordo com Dejours, Abdouchelli & Jayet (1994), para alcançar o prazer no trabalho, há a necessidade de transgressão do prescrito atuando-se ativamente sobre o trabalho real que sempre se impõe, colocando-se subjetivamente em uma atuação criativa (Dejours, 2004). Verificou-se que essa tarefa de transgredir e criar é dificultada no ambiente

militar. Ainda, que a pressão do trabalho e a discriminação de gênero, apontada por Antloga (2021) como constantemente vivenciada pelas mulheres nos mais variados espaços de trabalho, tendem a impossibilitar a elaboração do sofrimento patogênico em sofrimento criativo, assim como há também falta de reconhecimento pelos superiores hierárquicos.

Militar 02: Lá a gente é assim é, nunca, nunca vai ter uma autonomia. O trabalho que você faz sempre passa por alguém. Alguma das vezes eu faço do meu jeito e mostro o meu chefe. Se ele fala que precisa melhorar, aí eu melhora. Geralmente ele sempre fala pra melhorar, né? Sempre!

Militar 02: Você se sente reconhecida lá no exército, valorizada no trabalho?

Militar 02: Não, não. Não me sinto reconhecida.

Entrevistador: O que que você acha que seria uma forma de reconhecimento? O que você entende por reconhecimento e que você acha que não tem lá?

Militar 02: É, no caso, as coisas que a gente faz, porque como é exército você não pode demonstrar afeto que eles falam, né? Então você nunca vai ouvir, dificilmente, dificilmente você vai ouvir um elogio dizendo que seu serviço tá bom, ou dizendo que os seus serviços foram bem prestados.

Entrevistador: Entendi. E você acha que uma forma de reconhecimento seria essa, da pessoa falar, validar o seu trabalho?

Militar 02: Isso, seria uma forma de reconhecer, de ser reconhecida no trabalho. Falar, falar sobre o seu trabalho. Isso seria uma forma de ser reconhecida. Isso. (...)mas, por exemplo, é, eles falam: militar não pede desculpa! Militar não, não pode demonstrar afeto, é.

Todavia, conforme já pontuado anteriormente, generalizações sobre a falta de reconhecimento no EB não podem ser feitas pois, mesmo que em minoria, houve relatos positivos por algumas trabalhadoras.

Quanto às estratégias de defesa utilizadas para escamotear o sofrimento, as 3 (três) categorias elencadas demonstram o esforço do segmento feminino no EB para evitarem o colapso da saúde psíquica e impactos negativos na subjetividade.

Através do resultado “Ativismo/profissionalização exacerbada, mostrar que pode”, a amostragem demonstrou uma constante necessidade de serem profissionais “*tão boas quanto os homens*” (Militar 02).

Haja vista sociedades patriarcais tendem a inferiorizar o trabalho feminino como um trabalho de segunda categoria, como se mulheres não pudessem desempenhar funções de forma tão eficiente quanto os homens (Antloga & Souza, 2017), surge nas militares a necessidade de buscarem constante aperfeiçoamento de suas habilidades profissionais. Conforme relatam, geralmente as mulheres são as que mais se inscrevem em cursos que são oferecidos pela própria instituição militar e em outros cursos que buscam de forma autônoma em contexto externo ao trabalho.

Militar 05: Cara eu me sinto, né? Poxa, é péssimo. O que eu faço é trabalhar cada vez mais pra mostrar pra mim que sou boa, me profissionalizar até pra eles verem que posso ser boa assim... igual... melhor né, melhor na verdade. Faço cursos demais.

Entrevistador: Entendi. Quando você responde que tem que demonstrar que são profissionais... Como assim? Pode explicar mais um pouco?

Militar 05: Desse negócio que aconteceu que te falei que nós no grupo a gente estava falando ontem, que aconteceu terça, que... foi terça, não, não terça, foi não, foi quarta acho... essa semana não lembro direito. Mas é que sai lá uma lista de curso que eles dão lá gratuito pra fazer e pedem pra fazer. Era para todo mundo. Não é para, de obrigação não precisa, não obrigatório nem é não, só se quiser... mas quando a gente vê a lista é toda vez assim quase, quando a gente vai olhar noventa é mulher... por cento assim, noventa por cento é mulher. Porque o segmento de homem nem se preocupa, mas mulher pra competir tentar igualar mais com eles com a diferença do jeito que eles olham a gente como menor, como menos capaz mesmo assim... aí fazemos cursos muito mais.

Entrevistador: Mas não é obrigatório, você disse.

Militar 05: É não é não, mas a gente faz pra mostrar mais serviço sabe? Por isso que quando... É... nós. Assim, digo no sentido de não tem obrigação mas de certo jeito nós, a gente, sabe? A gente sente bom senso quase obrigação pra poder competir com eles até nas promoção, aí fazer mais coisas, mostrar mais capacidade. É bom pra mostrar pra eles e pra gente também, sentir que é mais até capaz que sabe mais que eles.

...

Militar 01: lá a gente que é mulher mostra serviço, mostra que é estudada pra não facilitar com essas conversas de que mulher é menos né, que é inferior. Eu acho que por exemplo mulher lá faz muito mais qualificação, de curso mesmo, do que homem, pra ficar melhor do que eles.

...

Militar 06: Ah, não. eu acho assim... eu sou pouco de reclamar e de falar, sabe? Eu sou mais de agir assim... então assim, o que eu faço é fazer bem feito meu trabalho pra garantir que quando compararem com o deles, de homens... porque nós lá... eu falo que... digo assim, as mulheres lá trabalham igual homem pra ninguém vir falar que nós somos menos, sabe? eu penso as vezes que eu me esforço até mais, faço até melhor pra evitar essas comparações. Todas fazem. Eu acho até que mais pra evitar porque já que eles pensam que a mulher é como diz o sexo mais frágil a gente prova pra eles não batendo boca, não com palavras né, mas no dia a dia mesmo, no serviço da prática. A gente esforça pra mostrar mais trabalho... entende?

O discurso das entrevistadas aponta para um aspecto de necessidade de se equiparar ao que nossa sociedade patriarcal ainda julga como um profissionalismo inerente ao gênero masculino (Antloga, 2021). No caso da organização militar, que foi e de certa forma ainda permanece sendo uma organização formatada para o trabalho de homens, mulheres precisam se engajar em um processo de aperfeiçoamento constante, na tentativa de demonstrar aos pares e aos superiores a eficiência do trabalho que desempenham, buscando um mínimo de reconhecimento. Nesse sentido, além de se mostrar uma estratégia defensiva, a profissionalização constante que as militares relatam ser característica das mulheres no EB, também se coloca como estratégia mobilizadora, ou seja, além de possibilitarem a defesa contra uma organização que as inferiorizam, também aponta para um movimento de se engajarem na busca de reconhecimento naquele campo.

Dejours (2012a) afirma que o mecanismo de defesa exercido pelo ativismo visa uma forma de embotadura afetiva e paralisia do pensamento gerador do sofrimento:

aquele que se esforça em assumir a situação de trabalho, no longo prazo é tomado pelo desejo de não mais pensar. Sente a necessidade de pôr um basta ao sofrimento e a

angústia que implica a consciência clara da situação vivenciada. (...)Após um determinado tempo de ativismo exacerbado, é possível reduzir a cadência, a embotadura do pensamento persiste (pp. 61 e 62).

Na categoria “Seriedade, ‘comportamento firme’, ‘outra pessoa lá dentro’”, verificou-se que as participantes usaram desses termos no sentido de que, para se protegerem de situações que caracterizam violências de gênero, incluindo assédio, precisam aparentar *seriedade e firmeza*, comportamentos que evidenciem que elas não toleram determinadas “brincadeiras” de colegas de profissão e de superiores que visem à inferiorização de suas existências naquele espaço e do trabalho que lá desempenham.

Uma das participantes relatou que, logo que entrou na instituição militar, percebeu que o tempo todo parecia estar com medo de estar ali, pois algumas coisas que vivenciou e que presenciou outras mulheres vivenciando durante o curso de formação gerou nela uma sensação de insegurança, de que aquele era um ambiente hostil e que a qualquer momento ela poderia ter que passar novamente por situações de constrangimento.

Militar 06: Eu mantenho a minha postura desde o dia que eu cheguei, sabe? É o jeito que eu acho pra não dar abertura, me defender deles... Eu tenho intimidade com poucas pessoas. Quem não é do meu setor eu não tenho mesmo, sabe? Trato muito bem, respeito e sempre vou respeitar. Mas assim, os comentários que eles fazem, sabe? Fico chocada. Aí vivo de cara amarrada e séria mesmo.

...

Militar 05: (...)mantenho a minha postura firme e séria o tempo todo... lá sou outra pessoa. Séria. Mostro firmeza, fico bruta e vou levando como dá.

...

Militar 02: Você não pode se expressar muito. Eu, por exemplo, tenho uma gargalhada muito expressiva. Se fizer, se eu rir na frente de todo mundo. Já era. As pessoas são diferentes dentro e fora, lá eu sou outra, minhas colegas falam isso também do mesmo jeito. Eu tenho que me policiar, né? Gestos com as mãos por exemplo. Então tudo isso a gente tem que se policiar.

Militar 02: Era complicado. Eu ia fazendo o que via as meninas fazendo também que era fechar a cara, fingir marra.

...

Militar 07: Tudo que os homens realizavam, as mulheres também realizavam, não tinha essa, dessa diferença... é porque você menstrua uma vez no mês você está liberada de não fazer isso, de não marchar, não.... não existe isso não. A gente nem avisa, eles nem sabem, até porque a gente quer ser igual eles também né? Quando a gente entrou lá já falaram que a gente seria tratado igual homem, sem frescura então a gente aceitou porque quis, né?

A categoria em questão parece tratar-se de um mecanismo de defesa também a nível coletivo, pois além de ter aparecido em todas as entrevistas, as militares afirmam que a postura que remete à firmeza, dureza e bravura são demonstradas por todo o segmento feminino.

As estratégias coletivas de defesa construídas em uma comunidade de trabalho reúnem os esforços de todos para a proteção dos efeitos desestabilizadores.

(...) não demonstração pública de expressão do medo ao sofrimento e a obrigação de participar de demonstrações ostentatórias de desprezo e enfrentamento quanto ao risco, bem como exibição dos sinais exteriores da coragem, da resistência ao sofrimento, da força, da invulnerabilidade e da virilidade (Dejours, 2012, p. 64)

Na terceira categoria, “Indiferença, se acostumar, ‘não ligar para as coisas lá’”, fica evidenciado no discurso das militares que *“não dar tanta atenção, estar acostumada, não ligar”* para as pressões do trabalho ou momentos em que se sentem vítimas do machismo é uma prática recorrente e cotidiana no trabalho na caserna. Seria uma forma de *“não absorver aquilo que eu escuto, não absorver é... as coisas que eles falam e me mostrar sempre superior. A farda vai virando um escudo também, uma armadura né?”* (Militar 02).

A indiferença utilizada pelas mulheres como mecanismo de defesa no EB vai ao encontro do que Dejours (2012) caracteriza como um certo estado de apatia em que os

trabalhadores são levados quando a organização do trabalho se mostra deteriorada e deteriorante para a saúde psíquica dos sujeitos.

Entrevistador: E como você faz para lidar com essa, essa pressão, lidar com essa diferença no trabalho, de ser olhada de forma diferente, isso afeta a sua vida de alguma forma?

Militar 02: Não me afeta, porque eu não deixo. Não me atinge, entendeu? Mas já vi situações de amigas minhas ficarem muito mal por conta disso. Eu não deixo me atingir porque, igual eu falei antes, a gente vai acostumando e vai ficando indiferente, criando uma armadura pra dar conta de conviver lá.

Entrevistador: E lembrando lá do curso de formação um pouco, como que você lidava com isso também? Você se comportava de que forma?

Militar 02: Chegou um momento que eu achava que era normal, né? Porque eu falava: é por isso que eu tenho que passar. É. Sabe aquela coisa assim de pensar que é normal. Se eu estou no exército é normal aí. Assim, observando hoje a realidade de como foi feito um comigo e com as outras pessoas comigo, né? É que quando a gente pensa no exército, eu acho que qualquer menino de 18 anos que tá entrando, sabe que é bem... É aquela coisa assim é bem sacrificante, eles vão fazer aquele curso de formação como a gente faz. É, então é normal na minha cabeça, era normal eles ficarem pressionando para a gente pedir para sair ou falar que não tá aguentando. Eles queriam ver a gente como se fosse humilhados, então na minha cabeça aquilo era normal. Ficou normal.

...

Militar 03: É uma amiga era assediada toda hora e por não ter interesse era sempre motivo de piada. Dava em cima dela ela recusava não interessava e faziam piada dela. Eu ficava com raiva, era muita, mas não tem jeito de falar porque acham que é frescura e que também falam que é só brincadeira. Ai também fazia demência, que eu não entendia... o que a gente mais faz lá acho que é isso sabe? Ver que não ta vendo, não, assim, quero dizer parecer que não ta vendo e ficar acostumada e indiferente.

Entrevistador: Certo. E nesse grupo elas já falaram sobre essas coisas? Elas falam o que?

Militar 03: Ah, elas falam as vezes que tem vontade de abandonar a força. Força que a gente fala é o exército né, as 3 forças, marinha, aeronáutica e lá exército. São as forças. Falam isso, que lá não podem ser elas mesmas, tem que ser outra pessoa pra não dar espaço pra essas coisas e também fazem igual eu, acostuma ou também vai ficando indiferente já.

A convergência entre todas as categorias destacadas aponta para o fato de que as trabalhadoras buscam realizar um manejo entre o sofrimento que a organização do trabalho em distintos aspectos infringe sobre elas.

A dinâmica prazer-sofrimento fica evidenciada em trechos diversos das entrevistas da amostra. O sofrimento enfrentado pelas militares aparece de forma bastante explícita nos eixos contexto de trabalho, condições e principalmente relações socioprofissionais. Ainda, as categorias defensivas também indicam que as trabalhadoras precisam se mobilizar intensamente a fim de não deixarem que o sofrimento faça empecilho ao trabalho que precisam desempenhar. Os vários recortes das entrevistas contidos neste artigo demonstram que existe sofrimento no trabalho militar feminino, seja ele causado pela rigidez do trabalho em si e/ou também pela forma ainda inapta que a instituição militar incorpora mulheres nos seus quadros funcionais.

O prazer e satisfação obtido por meio do trabalho aparece principalmente relacionado ao fato de que, tendo passado por todas as dificuldades do curso de formação e ainda enfrentando os entraves da organização militar (não adaptada para o feminino), as trabalhadoras se percebem como fortes, guerreiras, vitoriosas: “*É, eu nunca pensei que fosse capaz um dia na minha vida de passar por isso*” (Militar 01). É interessante notar que tal satisfação advém quando elas se enxergam como tão fortes quanto os homens, por terem superado situações adversas que geralmente são emparelhadas à força masculina.

Militar 02: É uma grande vitória para a gente, para, para as mulheres, porque mostra o quanto somos capazes. E não apenas nem só por ser mulher, mas no sentido do serviço, no sentido do trabalho.

Militar 07: Aí é legal fazer esse trabalho num lugar assim igual lá que é cheio de homem e saber também, né? Saber que enfrentei o curso, as dificuldades igual a eles, passei apertos igual homem mesmo, isso da satisfação também.

Há então um sentimento de autorreconhecimento pelo esforço empregado e por não desistirem, por enfrentarem os problemas da organização: “*Mas eu acho bonito a minha força. Né? Isso é legal eu fico feliz de ver minha força passando por essas coisas, tendo passado e ainda passando as vezes. Isso realmente me deixa feliz, ver que eu e as meninas,*

mulher apesar de tudo que passa lá consegue se manter e mostrar serviço pra eles” (Militar 05).

Verificou-se que, mesmo sendo menos frequente, algumas militares se sentem reconhecidas pela organização. Uma das entrevistadas afirmou ainda que o reconhecimento externo vem principalmente dos pares e colegas de profissão com os quais ela desempenha projetos específicos (aqui não nomeados e com menos detalhes por risco de identificação).

Militar 07: Que até então é com eles que eu tenho mais esse contato, né? Durante todo o dia e o reconhecimento é ver eles crescendo, né? Evoluindo e ao final, é como eles verbalizam, como eles falam. É, é a forma de agradecimento, até os presentes, né? Que a gente recebe ao final é uma forma de agradecimento.

Considerações Finais

De modo geral, acredito que a metodologia escolhida para a realização desta pesquisa foi eficiente, ao possibilitar uma coleta de dados rica em detalhes que expressaram as vivências de mulheres militares no ambiente organizacional do EB.

Foram identificadas, na medida do possível dada a limitação de amostragem, as situações relacionadas ao contexto propiciador da dinâmica prazer/sofrimento no trabalho militar feminino no EB e as estratégias defensivas que a amostra estudada utiliza para lidar com um ambiente de trabalho por vezes adoeecedor e mobilizador de sofrimento.

Importante destacar que, conforme aponta a psicodinâmica do trabalho, os mecanismos de defesa dos quais as trabalhadoras lançam mão são importantes para a manutenção do equilíbrio e coesão psíquica frente aos fatores que se mostram fontes insuportáveis de sofrimento. Não obstante, a evitação e negação sistematizada desses pontos que geram sofrimento, se em um primeiro momento são benéficos por protegerem a saúde mental, “constituem em segunda instância, poderosos móveis para a servidão voluntária e

para a reprodução da dominação” (Dejours, 2012b, p. 65). Destarte, se as questões promotoras de mal-estar não encontram espaço para serem nomeadas e elaboradas, tanto pelas trabalhadoras quanto a nível estrutural na instituição, os mecanismos defensivos serão também pano de fundo para uma alienação mantenedora da permanência das violências de gênero na organização e na sociedade como um todo.

Interessante ainda verificar que há, por parte das militares, conforme demonstrado nos resultados na “Categoria 1 – Ativismo/profissionalização exacerbada, mostrar que pode”, uma tentativa constante de obtenção de uma equivalência ao que a organização militar considera como o trabalho mais adequado, ou seja, o masculino.

Militar 04: Como eu disse as meninas, a gente conversa entre a gente que é bom sempre a gente fazer até a mais do que pedem pra poder eles verem a gente igual aos caras lá... que somos iguais. Então eu sempre fiz muito e aí com isso eu sinto que sou reconhecida sim lá.

Contudo, nota-se no grifo da fala da Militar 04 que para a mulher há uma necessidade de se fazer mais do que os homens, para serem vistas como simplesmente iguais. Trabalha-se mais, estuda-se mais, capacita-se mais... para equivaler-se ao masculino.

Outro ponto que chama a atenção é que a organização do trabalho no EB enxerga as mulheres militares por óticas diferentes a depender do ponto em que elas estão inseridas na carreira. Inicialmente, ainda durante o curso de formação, a ótica da organização empregada sobre elas é de que não há diferenciação de gênero, ou seja, elas devem ser vistas e requisitadas a uma postura idêntica àquela lançada sobre o segmento masculino. Em um segundo momento, já inseridas na caserna, de modo geral a percepção das mulheres é de que passam a serem vistas pelo EB como frágeis, sensíveis e não tão capazes quanto os homens para o trabalho militar. Tal ambivalência que sobre elas é posta e por vezes requisitadas a

performarem é algo que acredito poderá ser fonte de futuros estudos, buscando entender a repercussão de tal dissonância na identidade feminina.

Referências

- Almeida, C. V. R. (2012). “*Manda quem pode, obedece quem (não) tem juízo*” – corpo, adoecimento mental e intersubjetividade na polícia militar goiana. [Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás].
<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7514>
- Antloga, C., & Mendes, A. M. (2009). Sofrimento e Adoecimento dos Vendedores de uma Empresa de Material de Construção. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, Vol. 25 n. 2*, pp. 255-262.
<https://www.scielo.br/j/ptp/a/SYYZSxywz8n5Zw7VHn89rhq/?lang=pt&format=pdf>
- Antloga, C. S., & Souza, R.G. (2017). Psicodinâmica do trabalho masculino e a defesa da virilidade: uma questão de gênero. *Trabalho (En) Cena.v.2, n.2*.
- Antloga, C. S., Monteiro, R., Maia, M., Porto, M., & Maciel, M. (2020). Trabalho Feminino: Uma Revisão Sistemática da Literatura em Psicodinâmica do Trabalho. *Psicologia: Teoria E Pesquisa, v. 36* (Especial). <https://doi.org/10.1590/0102.3772e36nspe2>
- Antloga, C. (2021). Por Que Estudar o Trabalho Feminino? In. C. Antloga, C. M. Maia, & Noêmia, M. S (Org.). *Trabalho Feminino: Desafios e perspectivas no Brasil*. (pp. 31-44). Appris.
- Antloga, C. S., Carmo, M. M., & Rocha, B. C. C. (2021). Clínica do Trabalho para Quem? Reflexões metodológicas sobre a psicodinâmica do trabalho feminino. In E. M. F. Seidl, E. Queiroz, F. Iglesias, & M. Neubern (Orgs.), *Estratégias Metodológicas de Pesquisa em Psicologia Clínica: Possibilidades e avanços* (pp. 277-298). Curitiba, CRV.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Câmara, R. H. (2013). Análise de conteúdo: Da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, v. 6(2), 179-191.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-82202013000200003

Creswell, J. W. (2007). *Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre. Editora: Artmed. 2ª Edição.

D'Araujo, M. C. (2003). Pós-modernidade, sexo e gênero nas Forças Armadas. *Security and Defense Studies Review*, v. 3(1), 69-108.
https://www.academia.edu/41613905/Pos_modernidade_sexo_e_genero_nas_Forcas_Armadas

D'Araujo, M.C. (2004). Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In C. Castro, V. Izecksohn & H. Kraay (Orgs.), *Nova história militar brasileira* (pp. 439-459). Rio de Janeiro: FGV.
https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redes_virtual_bibliotecas:capitulo.livro:2004;1000852153

D'Araujo, M.C. (2013). Matices en las visiones sobre militares y sociedad en América del Sur. *CIDOB*, v. 36, p. 8-20.

Dejours, C. (1980). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 6ª Edição. São Paulo, Cortez – Oboré.

Dejours, C. (1987). *Plaisir et souffrance dans les travail*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique.

- Dejours, C. (1993a). *Travail: Usure mental*, Vol. 1. Paris: Bayard.
- Dejours, C.; Abdouchelli, E. & Jayet, C. (1994). *Psicodinâmica do Trabalho – contribuições da escola Dejouriana à análise de prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas.
- Dejours, C. (1999a). *Conferências brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho* (A. C. F. Reis, Trad.). São Paulo: Fundap, EAES/ FGV (Trabalho original publicado em 1999).
- Dejours, C. (1999b). *A banalização da injustiça social* (L. A Monjardim, Trad.). Rio de Janeiro: Editora FGV (Trabalho original publicado em 1998).
- Dejours, C. (2001a). *Violence et travail*. *Le Corrier*, 1, 2-16. <http://www.paris-nord-sftg.com/cr.violence.travail.0104.htm>.
- Dejours, C. (2001b). *La guerre économique n'aura pas lieu*. *Sciences économiques et sociales en Île-de-France à Versailles*, 5, 7-13. <http://www.ac-versailles.fr/pedagogi/ses/vie-ses/hodebas/dejours16-05-00.htm>.
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, Trabalho e Ação. *Revista Produção*, v, 14, n. 3, p. 27-34.
- Dejours, C. (2012a). *Trabalho vivo (tomo I): sexualidade e trabalho*. Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2012b). *Trabalho vivo (tomo II): Trabalho e emancipação*. Brasília: Paralelo 15.
- Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército [DPHCEX] (2018). *Cartilha 2 - Valores e Ética Profissional Militar: Raízes, Valores e Tradições*. Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército.
- <http://www.dphcex.eb.mil.br/images/PRVT/Cartilha-2---VALORES-E-TICA-PROFISSIONAL-MILITARES---A3-Verso-Provisrio.pdf>

- Exército Brasileiro [EB]. (2017). *A trajetória da mulher no Exército Brasileiro*. Revista Verde-Oliva, Brasília – DF, ano XLIV, n. 237, jul, 2017.
- Exército Brasileiro [EB]. (2020). *Aquelas Mulheres de Farda*. Revista do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro – RJ, Vol. 156, n. 237, jul, 2017.
- Giannini, R. A. (2014). Promover gênero e consolidar a paz: a experiência brasileira. *Instituto Igarapé*, Set, 2014.
http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_pazeseg/Mulheres_paz/Artigo-9-Promover-Genero-e-Paz-web3.pdf >
- Grenier-Pezé, M. (2004). Forclusão do feminino na organização do trabalho: um assédio de gênero. *Revista Produção*, v. 14 (3), 6-13.
<https://www.scielo.br/j/prod/a/HgMncj9xzkDbmQcWtCxvDGR/abstract/?lang=pt>
- Júnior, I. F. V. (2018). *A trajetória das mulheres no Exército Brasileiro: um caminho para a igualdade de gênero*. XXIII Jornada de Pesquisa, Out, 2018.
<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/9779>.
- Kerrigan, M. F. (2012). Transgender discrimination in the military: The new don't ask, don't tell. *Psychology, Public Policy, and Law*, v. 18(3), 500–518.
<https://doi.org/10.1037/a0025771>
- Lehavot, K., & Simpson, T. L. (2014). Trauma, posttraumatic stress disorder, and depression among sexual minority and heterosexual women veterans. *Journal of Counseling Psychology*, v. 61(3), 392-403. <http://dx-doi.ez54.periodicos.capes.gov.br/10.1037/cou0000019>
- Marcuse, H. (1975). *Eros e Civilização: Uma interpretação filosófica do pensamento de*

Freud. Rio de Janeiro: Zahar.

McGraw K. (2016). Gender Differences Among Military Combatants: Does Social Support, Ostracism, and Pain Perception Influence Psychological Health?. *Military medicine*, v. 181(1), 80–85. <https://doi.org/10.7205/MILMED-D-15-00254>

Mendes, A. M. (1994). *Prazer-sofrimento no trabalho qualificado: um estudo exploratório com engenheiros de uma empresa pública de telecomunicações*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília].
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=3868988&pid=S1984-6657200900010000300016&lng=pt

Mendes, A. M. (1995). Os novos paradigmas de organização do trabalho: implicações na saúde mental dos trabalhadores. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 23. 85/86, 55–60. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-260443>

Mendes, A. M. (1996). Comportamento defensivo: uma estratégia para suportar o sofrimento no trabalho. *Revista de Psicologia*, v. 14(1), 27-32.
<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/11111>

Mendes, A. M. (2004). Cultura organizacional e prazer-sofrimento no trabalho: uma abordagem psicodinâmica. Em A. Tamayo (Org.), *Cultura e saúde nas organizações* (pp. 53-69). São Paulo: Artmed.

Mendes, A. M (2007a). Pesquisa em psicodinâmica do trabalho: a clínica do trabalho. In A. M. Mendes (Org.). *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas* (pp.40-56). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Mendes, A. M. (2007b). Novas formas de organização do trabalho, ação dos trabalhadores e patologias sociais. In: A. M. Mendes (Org.). *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas*. (pp. 49-62). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ministério da Defesa [MD]. (2022). *Ofício nº 60143.005505/2022-81/EB/INFORM*. Brasília, DF. 28 de julho de 2022.
- Molinier, P. (2003). Sujeito e subjetividade: questões metodológicas em psicodinâmica do trabalho. *Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo*, 14 (1), 43-47. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v14i1p43-47>
- Molinier, P. (2004). Psicodinâmica do trabalho e relações sociais de sexo. Um itinerário interdisciplinar. 1988-2002. *Produção*, 14 (3), 14-26. doi: 10.1590/S0103.65132004000300003.
- Molinier, P. (2013). O trabalho e a psique - uma introdução à psicodinâmica do trabalho. Brasília: Paralelo 15. <https://repositorio.usp.br/item/002477700>
- Moore, D. S. (2011). *A estatística básica e sua prática* (5ª Edição). Rio de Janeiro: LTC.
- Pimentel, J. S. A. (1887). *Episódios Militares – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Editor Tipografia a Vapor*.
- Rosa, A. R. & Brito, M. J. (2010). "Corpo e Alma" nas organizações: um estudo sobre dominação e construção social dos corpos na organização militar: Curitiba, *RAC*, v. 14, n. 2, art. 1, pp.194-211. <http://www.anpad.org.br/rac>
- Zanello, V. (2018) *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO

Ao pensar sobre como concluir esse trabalho, colocando um ponto final na jornada percorrida, me vem à mente que talvez a forma necessária seja fazer o caminho inverso e contar um pouco sobre o porquê de tê-lo iniciado, ou seja, de que lugar em mim como pessoa, homem, branco e amparado em privilégios, brotou o desejo de pesquisar e atrevidamente me colocar a pensar sobre o outro lado, o de lá, que, conforme a psicanálise enfatiza, se faz tão “Um”, não universal, que “não existe”: a mulher. Sendo assim, pretendo discorrer um pouco (de modo menos formal que nos capítulos anteriores) sobre os caminhos trilhados que me trouxeram até o tema explorado neste estudo.

Desde tenra idade percebi a forma desigual de tratamento entre homens e mulheres no mundo à minha volta. Mas, assim como a grande maioria dos homens aprendi que aquilo era algo natural, que os privilégios que a mim foram concedidos simplesmente por nascer homem era algo que não necessitava ser explicado ou quiçá questionado. Desta forma, passei a usufruir de tais vantagens e privilégios por viver em uma sociedade patriarcal sem culpa ou qualquer tipo de pensamento crítico, afinal, eu estava sendo beneficiado.

Uma pequena fratura na minha convicção de que “as coisas simplesmente eram como eram” se instalou no momento em que já apto ao mercado de trabalho, passei a verificar que aquela discrepância no modo de se perceber homem e mulher no mundo tinham consequências práticas e bastante concretas na vida das pessoas, seja no que se refere a remunerações em dissimetria, cargas de trabalho, e principalmente no (não)reconhecimento do trabalho nas devidas e justas proporções em que às mulheres teriam direito.

Uma amostra desses fatos ocorreu quando em 2010, recém-chegado na cidade de Brasília – DF, fui trabalhar como psicólogo no Hospital Regional de Santa Maria. Naquele momento havia uma equipe de 12 psicólogos na instituição, sendo que destes, somente 2

eram homens. Ainda assim, um desses homens foi o escolhido para coordenar a equipe mesmo havendo psicólogas mulheres com mais experiência e qualidade curricular comprovada.

Em 2012, tomei posse como servidor público federal na Agência Nacional de Mineração. Assim, o que antes nomeei como uma pequena fratura conceitual que trazia luz à minha percepção de mundo no que tange às desigualdades de gênero, se consolidou em uma rachadura incontornável no meu modo de ver e me alarmar com as injustiças que o mundo do trabalho impõe às mulheres. Lotado na Divisão de Desenvolvimento de Pessoas, como servidor tinha acesso a dados sobre a formação acadêmica, cursos e qualificações de todos os servidores do órgão. O fato é que a grande maioria das mulheres principalmente da área fim da instituição, ou seja, geólogas, engenheiras de minas, geógrafas, etc, possuíam doutorado e inúmeros outros acréscimos curriculares que os homens da mesma carreira não possuíam. Entretanto, não havia naquele momento nenhuma mulher ocupando altas chefias tais como coordenações gerais, superintendências e obviamente diretorias.

Em julho de 2019, ainda servidor da Agência Nacional de Mineração, participei de um processo seletivo para servidores do Executivo Federal a fim de preencher uma vaga para trabalhar em um projeto de desenvolvimento de pessoal no Exército brasileiro. Tendo sido aprovado fui então cedido para o Comando do Exército, Quartel General Forte Caxias – Brasília, local em que estive lotado de agosto de 2019 até dezembro de 2021. Certamente a experiência vivida nesta organização militar foi o fator decisivo para que eu deixasse o lugar passivo de unicamente me sentir incomodado ao notar as discriminações de gênero perpetuadas no ambiente, para uma atitude minimamente mais ativa de me debruçar como pesquisador sobre questões que eu supunha acontecer e que se fizeram hipóteses de pesquisa a serem abordadas.

Os resultados obtidos na presente dissertação demonstram o quão grande, profundo e sistemático é o problema a ser enfrentado no que toca às desigualdades de gênero nos meios de produção, nas forças armadas e, nesse caso mais específico, no Exército Brasileiro. Verificou-se nos 3 (três) artigos produzidos que há uma necessidade urgente de se abordar de forma estrutural a falta de equidade de gênero nesses espaços laborativos.

Averiguou-se, por exemplo, que mulheres militares no Brasil em grande parte estão lotadas em funções administrativas e ligadas à saúde, performando em acordo com esse lugar de cuidado que delas é esperado. Entretanto, espaços militares também demandam valores que são próprios do masculino, desencorajando a expressão de emoções e objetivando a negatização do feminino. Dessa maneira, para darem conta de ambas e contraditórias demandas, notou-se que às mulheres é solicitada uma espécie de clivagem identitária, ou seja, simplesmente por serem mulheres, necessitam se desdobrar subjetivamente, ora correspondendo à demanda de cuidadoras (que muitas vezes é para elas lugar de potência), ora buscando negar essa parte ligada ao afetivo que a elas é imposta, mas que no trabalho militar precisam por vezes camuflar. À vista disso, as possibilidades de reconhecimento no trabalho, tão importantes na obtenção de prazer e enriquecimento subjetivo para os trabalhadores, também parecem ser mais difíceis para as mulheres, pois performar a partir desse lugar de cuidado pode ser algo confuso para as trabalhadoras militares, tendo em vista que no mesmo ambiente em que as vezes são a isto requisitadas, outras vezes são estimuladas a escamotear essa parte aparente do que se considera próprio da feminilidade.

No caso do Exército Brasileiro, além de demonstrada a necessidade do uso de estratégias de defesa para lidarem com o real da organização, as militares também são vítimas de violências como o *mansplaining*, *maninterrupting*, *bropropriating* e barreiras diversas para ascensão profissional, violências estas que conseqüentemente trazem maior dificuldade de acesso a vias de prazer no trabalho (Antloga et al, 2021).

Mesmo diante de alguns obstáculos encontradas no percurso de construção desta pesquisa, como por exemplo a dificuldade de acesso a um maior número de participantes, acredito que os resultados obtidos possam ser usados como incentivo para novos estudos, de maior abrangência não só no âmbito do EB, mas também da Força Aérea e Marinha, entre outras organizações militares que possuem mulheres em seus efetivos. Certamente estudos com uma amostra maior e mais diversa poderá propiciar base para a construção de políticas que tratem das questões de gênero a nível governamental.

Por fim, confesso que o trabalho em questão se mostrou bastante desafiador também por me confrontar com meu lugar nessa discussão. No trajeto feito, à medida que me aprofundava na revisão de literatura e fazia uma imersão sobre os dramas e desafios vividos por mulheres que ousam romper barreiras e se colocam ativamente no complexo mundo do trabalho (feito para os homens), por vezes me indaguei sobre a importância do tão discutido “lugar de fala” e me angustiei ao pensar e verificar que, de fato, mesmo quando as questões discutidas tem como ponto central as mulheres, os homens têm tomado grande espaço nas narrativas, por vezes impondo às mulheres certo tipo de sombra.

Penso que, ao finalizar esta pesquisa, algumas respostas foram alcançadas. Todavia, outras perguntas passaram a se fazer presentes: é produtivo e importante que mais homens se coloquem a pesquisar sobre gênero com foco nas questões que tangenciam às mulheres? Trabalhos neste formato, desenvolvidos por homens, são capazes de analisar e obter em essência o discurso feminino e suas vivências ou são somente mais uma interpretação masculina sobre um campo feminino? Passados séculos de dominação masculina, inclusive nas ciências e nos discursos acadêmicos que buscam abordar gênero e trabalho, deveríamos deixar este espaço para que as mulheres falem por si sobre tais temas? Eis algumas inquietações com as quais nós homens urgentemente precisamos começar a pensar e lidar.

